

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS**  
**FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE**

**KAUCIONE GOUVEIA SILVA**

**Potencialidades para o Turismo Rural no Semiárido:  
Estudo nas Serras das Pias e Bonita, Palmeira dos Índios - AL<sup>1</sup>**

**MACEIÓ - AL**

**2024**

---

<sup>1</sup> Este trabalho de conclusão de curso (TCC) é fruto do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), ano 2020/2021 em que eu, Kaucione Gouveia Silva, fiz parte do mesmo a partir do projeto intitulado Saberes e Sabores do Semiárido Alagoano: Participação na Gestão do Beneficiamento de Frutas Nativas a partir da Multidimensionalidade e das Relações Institucionais. Além disso, o texto aqui apresentado foi publicado, como capítulo do livro Geografia: Território, Poder e Questões Socioambientais no Campo e na Cidade em apêndice (b). Como demais autores do capítulo, estão Carlos Everaldo Silva da Costa (2); Patrícia Goulart Bustamante (3); Salete Barbosa de Oliveira (4), em que Salete é gestora da Cooperativa Mista de Produção e Comercialização Camponesa do Estado de Alagoas - COOPCAM, e é também moradora local.

**KAUCIONE GOUVEIA SILVA**

**Potencialidades para o Turismo Rural no Semiárido:  
Estudo nas Serras das Pias e Bonita, Palmeira dos Índios - AL**

Trabalho apresentado à Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para a obtenção do título de graduação em Administração, sob orientação do Professor Carlos Everaldo Silva da Costa.

**MACEIÓ - AL**

**2024**

**Catálogo na Fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Central**  
**Divisão de Tratamento Técnico**

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

S586p Silva, Kaucione Gouveia.  
Potencialidades para o turismo rural no semiárido : estudo nas Serras das Pias e Bonita, Palmeira dos Índios - AL / Kaucione Gouveia Silva. – 2024.  
67 f. : il.

Orientador: Carlos Everaldo Silva da Costa.  
Monografia (Trabalho de Conclusão Curso em Administração) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Maceió, 2024.

Bibliografia: f. 35-37.  
Apêndices: f. 38-67.

1. Semiárido - Alagoas. 2. Agricultura familiar. 3. Desenvolvimento rural. I. Título.

CDU: 631.1(813.5)

## DEDICATÓRIA

A Deus, por me guiar e fortalecer em todos os momentos.

À minha irmã, Kauane, agradeço pelo amor, apoio incondicional e por sempre acreditar em mim

Aos meus pais, Fátima e Luiz, por todo incentivo.

Aos meus gatos, Alecrim, Alfredo e ao Fred, "*In Memoriam*", pelo apoio emocional e companhia constante.

Aos meus amigos que tornaram a graduação e os dias de estudo mais leves e divertidos.

## **AGRADECIMENTOS**

À UFAL, por proporcionar o ambiente acadêmico e os recursos necessários para a realização deste trabalho.

Ao meu orientador, Carlos Everaldo, agradeço pela orientação incansável, pelos ensinamentos e pela paciência. Sua sabedoria foi essencial para a concretização deste TCC.

À Salete, Hélio, Vera e aos demais colegas da COOPCAM, sou profundamente grata pelos dados fornecidos e pelas experiências enriquecedoras, como a da maceração da jabuticaba.

À Patrícia, ao João e aos demais colegas da Embrapa, meu sincero agradecimento pelo suporte técnico e científico que foi crucial para o desenvolvimento deste trabalho.

Ao Mestre Jorge Vieira, pelos valiosos conselhos e pela ajuda imprescindível na revisão ortográfica deste TCC.

À UNEAL, Campus Arapiraca, (curso de Geografia) agradecimento pelo suporte técnico que foi responsável por compreender as rotas turísticas.

A todos, meu profundo e sincero agradecimento.

## **RESUMO**

O objetivo do estudo é construir uma proposta de Turismo Rural no Semiárido Alagoano a partir das potencialidades locais. A fundamentação teórica que embasou o estudo, se deu a partir das temáticas turismo rural, semiárido e agricultura familiar. O delineamento metodológico, de abordagem qualitativa, do tipo interpretativa, utilizou como fonte de coleta de dados primários pesquisa de campo, entrevistas e survey. Os dados secundários foram obtidos mediante a Pesquisa Bibliográfica. Para a interpretação dos dados, o método norteador foi Pesquisa-Ação participativa. Os resultados mostram que o locus possui grande potencial e viabilidade de implantação do roteiro turístico e a comunidade está extremamente interessada e animada para tal evento. Desse modo, a elaboração do roteiro poderá ser realizada por intermédio de parcerias entre UFAL, UNEAL e EMBRAPA.

## **Palavras-chave**

Semiárido Alagoano; Agricultura Familiar; Desenvolvimento Rural.

## **ABSTRACT**

The objective of the study is to develop a proposal for Rural Tourism in the Semi-Arid Region of Alagoas, leveraging local potentialities. The themes of rural tourism, the semi-arid region, and family farming are the theoretical foundations of the study. The methodological design, characterized by a qualitative and interpretive approach, utilized primary data collection sources such as field research, interviews, and surveys. Secondary data was obtained through a Bibliographic Review. For data interpretation, the guiding method was Participatory Action Research. The results indicate that the locus has great potential and viability for the implementation of the tourist route, and the community is highly interested and enthusiastic about this initiative. Therefore, the development of the route can be carried out through partnerships between UFAL, UNEAL, and EMBRAPA.

## **Keywords**

Alagoan semi-arid; Family farming; Rural Development.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Mapa da nova delimitação do semiárido brasileiro.....	12
Figura 2. Mapa dos limítrofes de Alagoas.....	13

## LISTA DE QUADROS

Quadro – 1. Momentos no semiárido brasileiro, com foco em Alagoas, vinculados ao turismo rural.....	8
Quadro – 2. Ações estatais para o turismo rural em Alagoas.....	15
Quadro - 3. Fases da Pesquisa-Ação (PA) participativa.....	23
Quadro - 4. Bancos de dados para Pesquisa Bibliográfica.....	24
Quadro - 5. Caracterização dos agricultores, tipo de mercado e principais desafios .....	26
Quadro - 6. Fases do processo de análise, elaboração e implementação do roteiro .....	28
Quadro - 7. Protótipo, nível 1 e 2, do roteiro turístico .....	28
Quadro - 8. Protótipo final, nível 3, do Roteiro turístico criado para o RURALTUR.....	29
Quadro - 9. Resumo geral dos eventos e atividades participadas durante a pesquisa.....	31

## LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

AAGRA	Associação De Agricultores Alternativos
AF	Agricultura Familiar
ASA	Articulação Do Semiárido Brasileiro
CNM	Confederação Nacional De Municípios
CONDEL	Conselho Deliberativo
COOPCAM	Cooperativa Mista de Produção e Comercialização Camponesa do Estado de Alagoas
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENCCULT	Encontro Científico Cultural
FAO	Food And Agriculture Organization
IBGE	Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística
IFAL	Instituto Federal de Alagoas
IICA	Instituto Interamericano De Cooperación Para La Agricultura
MDA	Ministério Do Desenvolvimento Agrário
Mtur	Ministério Do Turismo
NIDER	Núcleo Interinstitucional Para Desenvolvimento Regional
OMT	Organização Mundial Do Turismo
PA	Pesquisa-Ação
PAA	Programa De Aquisição De Alimentos
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PNAE	Programa Nacional De Alimentação Escolar
PNT	Plano Nacional De Turismo
PRONAF	Programa Nacional De Fortalecimento Da Agricultura Familiar
PRT	Programa De Regionalização Do Turismo
SEBRAE	Serviço de Apoio às Pequenas Empresas
SEDETUR	Secretaria De Estado De Desenvolvimento Econômico E Turismo
SUDENE	Superintendência Do Desenvolvimento Do Nordeste
TER	Turismo No Espaço Rural
TRAF	Turismo Rural Na Agricultura Familiar
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UNEAL	Universidade Estadual de Alagoas

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>4</b>
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>7</b>
<b>2.1 Turismo no espaço rural.....</b>	<b>8</b>
<b>2.1.2 Turismo rural/Agroturismo no semiárido nordestino.....</b>	<b>11</b>
<b>2.1.3 Impactos e possibilidades do Turismo Rural/Agroturismo.....</b>	<b>16</b>
<b>2.2 Agricultura Familiar.....</b>	<b>17</b>
<b>2.2.1 Agricultura Familiar no semiárido nordestino.....</b>	<b>19</b>
<b>2.2.2 Impactos e possibilidades da Agricultura Familiar.....</b>	<b>21</b>
<b>3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>22</b>
<b>4. DESCRIÇÃO DOS DADOS.....</b>	<b>25</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES.....</b>	<b>32</b>
<b>6. REFERÊNCIAS .....</b>	<b>35</b>
<b>7. APÊNDICES.....</b>	<b>38</b>
<b>Apêndice A.....</b>	<b>38</b>
<b>Apêndice B.....</b>	<b>48</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Historicamente, a população urbana utilizava o meio rural para o descanso desde a Grécia e Roma antigas, assim como nos séculos XVIII e XIX, quando aristocratas e burgueses buscavam abrigo e entretenimento no meio rural (BAGEGA; WELANG, 2017). Sendo assim, após a Segunda Guerra Mundial e com a conquista dos direitos trabalhistas, o turismo rural começou a ser consolidado, principalmente nos países europeus — especialmente França, Inglaterra, Alemanha e Portugal — por meio do interesse nas paisagens bucólicas (TAFANI, 2021).

Entretanto, foi após a década de 1980 que o turismo rural passou a ser encarado como uma atividade econômica com características de profissionalização; porém, a sua expansão no Brasil somente ocorreu a partir de 1990 e foi responsável por despertar interesses em diversas áreas, como economia, meio ambiente, comércio, arquitetura e marketing (SOUZA; KLEIN; RODRIGUES, 2019).

Por esta razão, esse segmento do turismo proporcionou o amadurecimento das discussões nas áreas acadêmica e política sobre o desenvolvimento rural. Também ocasionou o fenômeno da pluriatividade no ambiente rural, a idealização de multifuncionalidade do agricultor e da agricultura, bem como o interesse dos agentes turísticos do Estado e da população citadina pelo contexto rural (BEZERRA, 2021).

Observa-se, dessa forma, que o Turismo no Espaço Rural vem sendo utilizado como estratégia do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, para criar novas alternativas de renda aos agricultores familiares devido à diversificação de suas atividades (RIVA; BERTOLINI, 2017). Isto ocorre, pois a incrementação do turismo rural nas unidades de agricultura familiar promove a manutenção e a reprodução socioeconômica das formas tradicionais de produção familiar nessas regiões.

Além disso, essa preocupação do Estado com o desenvolvimento dessa classe de trabalhadores ocorre, porque o pequeno agricultor ocupa papel decisivo na cadeia produtiva que abastece o mercado brasileiro e é responsável por cerca de 70% dos alimentos consumidos (IBGE, 2017). Em outros termos, a agricultura familiar ocupa um espaço significativo na economia brasileira, sobretudo na região Nordeste, pois o setor é estrategicamente responsável pela geração de renda, pela diminuição do índice de êxodo rural, pelo desenvolvimento

regional/local e pelo abastecimento dos principais itens da alimentação básica dos brasileiros (FELIPPI; DEPONTI; DORNELLES, 2017).

Ademais, o Nordeste brasileiro é um espaço geográfico diversificado e retratado desde a sua formação histórica, seus aspectos raciais, suas belezas naturais e suas riquezas culturais (COSTA, 2017). Consoante o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016), o Nordeste ocupa uma área de 1.554.291.607 km<sup>2</sup>, o equivalente a 18,27% do território brasileiro, com uma concentração de 89,5% na Região Semiárida (extensão total de 982.563,3 km<sup>2</sup>) (IBGE, 2017).

A partir dos dados citados, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) define que o Semiárido brasileiro é composto por 1488 municípios, dos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Minas Gerais. Os critérios para essa delimitação do Semiárido foram a precipitação pluviométrica média anual igual ou inferior a 800 mm; o índice de Aridez de Thornthwaite igual ou inferior a 0,50 e o percentual diário de déficit hídrico igual ou superior a 60%, considerando todos os dias do ano (IBGE, 2018).

Dessa forma, considera-se que as características mais marcantes do semiárido nordestino são a baixa umidade, baixo índice pluviométrico, pouca variação de amplitude térmica, solo pobre em matéria orgânica e pastos extensivos, o que aceleram os processos de desertificação (VENTURA, FERNANDEZ E ANDRADE, 2016). Consequentemente, esta natureza destrutiva colabora com o contexto histórico regional de migração desenfreada, epidemias, fome, sede e miséria.

Por conseguinte, é importante atentar-se que as ações institucionais desempenhadas no semiárido nordestino são analisadas em três etapas (COSTA, 2017):

- I. Combate à seca** — começa nos anos 1870 e se estende até meados de 1950 — esta fase é marcada pelas ações da instituição de tipo emergencial;
- II. Desenvolvimentista** — começa nos anos 1950 e se estende até meados de 1990, esta fase tem como protagonistas o Estado, bancos e empresas. Portanto, o seu foco está na criação de órgãos para efetuar grandes obras como a construção de açudes e a perfuração de poços, visando à produtividade;
- III. Enfrentamento** — começa nos anos 1990 e perdura até a atualidade, esta fase tem a inserção de novos atores como associações, movimentos camponeses, organizações não governamentais e organizações de bases religiosas (católicas e protestantes). O foco está centrado em estratégias de convivência com o semiárido nordestino, sobretudo com o

uso de tecnologias sociais que ampliaram a ideia de subsistência e a de comercialização do excedente produtivo.

Logo, torna-se indispensável a elaboração de estratégias que promovam o alcance de objetivos econômicos e sociais por meio de atividades agrícolas e não-agrícolas (MELLO, 2021). Salienta-se que o cenário favorável ao desenvolvimento desses recursos turísticos deve ser resultado de esforços conjuntos entre os diversos atores sociais (Mercado, universidades, organizações sociais, moradores e mídia) e o Estado (organizações federais, estaduais e municipais) (SILVA et al., 2021).

Nessa perspectiva, o objeto do estudo escolhido para este trabalho foi o Semiárido Nordeste, contudo, dada sua amplitude geográfica, foi realizado um recorte no Semiárido Alagoano, especificamente na microrregião composta pelo lócus de Serra Bonita e Serra das Pias. Esta escolha ocorreu, por entender-se que a Administração, área heteronomia do conhecimento, pode contribuir com a perspectiva do turismo junto à agricultura familiar, trocando saberes, reconhecendo as demandas locais e apresentando possibilidades de comercialização de produtos e serviços (Turismo Rural ou Agroturismo), sem alterar a lógica de ação local.

Por conseguinte, para a essa reflexão que envolve turismo rural, semiárido e agricultura familiar, este estudo empírico, com abordagem qualitativa e descritiva, se volta para o semiárido alagoano, para enriquecer o conhecimento na área, a partir de uma ontologia idealista, epistemológica interpretativa e paradigma subjetivista. Portanto, é neste cenário que se formulou a seguinte pergunta de pesquisa: Qual a viabilidade de implantação do Turismo Rural no Semiárido Alagoano, especificamente nas Serras das Pias?

Isto posto, compreende-se ainda que o objetivo geral da pesquisa é ***construir uma proposta de Turismo Rural no Semiárido Alagoano a partir das potencialidades locais***. Ademais, esse objetivo foi desdobrado em objetivos específicos, como:

- a) Analisar o reconhecimento das novas formas de turismo que estão sendo implementadas nas áreas rurais, especialmente para subsidiar uma gestão estratégica adequada;
- b) Compreender as principais políticas e ações públicas voltadas para o Turismo Rural na Agricultura Familiar (TRAF) no Brasil, especialmente em Alagoas;
- c) Refletir sobre os riscos e benefícios da implantação do turismo rural em pequenas propriedades agrícolas;

d) Analisar as potencialidades de pontos turísticos lotados em Serra das Pias e Serra Bonita para o Turismo no Espaço Rural; e

e) Desenvolver protótipos de rotas turísticas para as comunidades da Serra das Pias e Serra Bonita.

Destarte, para uma melhor compreensão do trabalho, o mesmo foi desenvolvido em 3 etapas:

1. Revisão de literatura sobre o Turismo Rural, Semiárido e Agricultura Familiar no Brasil, em instituições reconhecidas como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE, o Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura — IICA, o Ministério do Turismo — Mtur, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Turismo — SEDETUR, a Organização Mundial do Turismo — OMT, a Food and Agriculture Organization — FAO e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE. Além disso, foram utilizados os bancos de dados CAPES QUALIS, Google Scholar e SciELO.
2. Coleta de Dados, as informações dos dados primários foram obtidas via observação direta, visita in loco e conversas, bem como entrevistas semi-estruturadas. Enquanto, os dados secundários foram obtidos através das redes sociais (Instagram, Facebook e WhatsApp) do informante-chave “COOPCAM”, reuniões com pesquisadores da EMBRAPA/AL e durante eventos promovidos pelo Alagoas Maior, como a Expoagro.
3. Desenvolvimento de protótipo da rota turística para o locus estudado com auxílio da Embrapa, UNEAL Arapiraca (curso de Geografia) e representantes da Cooperativa Mista de Produção e Comercialização Camponesa.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

No Brasil, o segmento de Turismo Rural é reconhecido oficialmente pelo Ministério do Turismo (MTur) e pela denominação Turismo Rural na Agricultura Familiar (TRAF). Portanto, o turismo rural ou o agroturismo são variações reconhecidas oficialmente pelo MTur caracterizadas, mais especificamente, pelo maior contato dos turistas com as práticas de trabalho e do cotidiano nas propriedades rurais (BRASIL, 2008).

O TRAF diferencia-se por incluir no contexto do turismo a agricultura familiar, sendo essa inclusão utilizada como estratégia do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA),

para criar novas alternativas de renda aos agricultores familiares devido à diversificação de suas atividades, gerando, inclusive, empregos e rendas (MORAES; RIBEIRO, 2013).

O Turismo Rural possui, em suas bases, fortes relações com a cultura do meio rural. Essa cultura apresenta diversidade que a torna capaz de desenvolver produtos turísticos de alta competitividade por meio da singularidade da materialidade (aspectos físicos da fauna e da flora) e da imaterialidade (aspectos simbólicos vinculados à cultura) (SILVA et. al., 2021).

## 2.1 Turismo no espaço rural

Para fins metodológicos, entender-se-á o Turismo Rural na Agricultura Familiar conforme as orientações básicas para o turismo rural, determinados pelo Ministério do Turismo: É a atividade turística que ocorre no âmbito da unidade de produção dos agricultores familiares que mantêm as atividades econômicas típicas da agricultura familiar, dispostos a valorizar, respeitar e compartilhar seu modo de vida, o patrimônio cultural e natural, ofertando produtos e serviços de qualidade e proporcionando bem-estar aos envolvidos. (BRASIL, 2010; ANDRADE; MOSS, 2012).

**Quadro – 1. Momentos no semiárido brasileiro, com foco em Alagoas, vinculados ao turismo rural**

<b>1964</b>	Criação do Estatuto da Terra, quando a propriedade familiar foi definida como o imóvel que, direta e pessoalmente, é explorado pelo agricultor e sua família, absorvendo toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico.
<b>1990</b>	Expansão do turismo rural no Brasil, responsável por despertar interesses em diversas áreas, seja econômica, meio ambiente, comércio, arquitetura e marketing.
<b>1996</b>	Formalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), conforme decreto n.º 1.946/96.
<b>1999</b>	Criação de uma linha especial de crédito do PRONAF pelo MDA, o Pronaf Turismo Rural, para implementação de projetos em propriedades familiares, como: cafés coloniais, pousadas, estabelecimentos do tipo pesque-pague e colha-pague, restaurantes típicos etc.
<b>2003</b>	Criação do Macroprograma 4 “Estruturação e Diversificação da Oferta Turística”, no âmbito do Plano Nacional de Turismo (PNT) (2003/2007)
<b>2004</b>	Criação do Programa de Regionalização do Turismo “Roteiros do Brasil” (PRT)
<b>2004</b>	Criada pela Rede Traf (Turismo Rural na Agricultura Familiar), um grupo de articulação nacional envolvendo mais de 100 instituições, com apoio do Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura e o Ministério da Agricultura.
<b>2007</b>	Lançamento do “PNT 2007/2010 - Uma Viagem de Inclusão”, consolidando o PRT, pelo MTur, propiciando geração de renda e lançamento de novos destinos/produtos no mercado.
<b>2017</b>	Contabilização de 5.073.324 estabelecimentos rurais no Brasil. Desse total, 3.897.408 (76,8%) concernem de agricultores familiares e a maioria localiza-se na Região Nordeste, que abriga em seu território 1.838.846 explorações familiares (47,2% do total nacional)
<b>2019</b>	Criação do programa Alagoas Maior
<b>2020</b>	Desenvolvimento de feiras capazes de estimular o turismo rural sediado pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo de Alagoas (SEDETUR)

Fonte: Silva et. al. (2021)

Desse modo, o turismo rural ganhou destaque em discussões sobre alternativas para agricultura familiar, quando se discutiu problemas como o de baixa renda e desemprego. Visão esta que influenciou as políticas públicas, a ponto de o Governo Federal lançar o “PRONAF Turismo Rural” em que o objetivo é apoiar os agricultores familiares que almejam programar atividades turísticas no âmbito das unidades familiares de produção.

Conforme explicado pelo Ministro de Desenvolvimento Agrário este programa visa o desenvolvimento rural sustentável, com a agricultura familiar e as atividades agropecuárias como forças em rumo ao desenvolvimento, que visa explorar o potencial turístico enquanto atividade capaz de preservar o meio ambiente, valorizar e resgatar a cultura local, além de gerar emprego e renda (MDA, 2009). Consoante a LEI n.º 15.143 — 31/05/2006 Publicado no Diário Oficial n.º 7238 de 01/06/2006 — Art. 1º — TRAF são todas as atividades turísticas que ocorrem na unidade e produção dos agricultores familiares que mantêm a economia típica da agricultura familiar (SOUZA; BORÉM; ALVES, 2014)

Segundo Tulik (2004), o turismo rural é caracterizado pela pluralidade de práticas e serve também como complemento à renda advinda da agricultura e pecuária, é gerador de empregos que contribuem para a diminuição do êxodo rural, estimula a economia local e um dos seus mais sensíveis benefícios é a preocupação social existente no investimento por parte do poder público.

Para o Ministério do Turismo (BRASIL, 2008), a conceituação de turismo no espaço rural engloba as diversas atividades desenvolvidas no meio rural, independente de suas especificidades, tais como: o turismo rural, o agroturismo e o turismo rural na agricultura familiar. É o conjunto de atividades comprometidas com as atividades agropecuárias e com a valorização do patrimônio cultural e natural como feições da oferta turística no meio rural. O conceito do Mtur será adotado neste trabalho por ser o mais adequado à proposta de turismo nos assentamentos, que engloba o turismo cultural.

Portanto, esse segmento turístico pode corresponder a diversas denominações: turismo ecológico ou ecoturismo, agroturismo ou turismo rural, turismo verde, turismo de negócios, turismo cultural, turismo espontâneo, turismo de aventura, turismo de saúde, etc. (ARAÚJO; BAHIA; FERREIRA, 2011). Compreende-se que, os termos “Turismo no Espaço Rural (TER)” e “Turismo Rural” possuem suas peculiaridades. Enquanto o turismo no espaço rural abrange todas as modalidades possíveis de turismo exercidas no campo, o turismo rural é uma submodalidade do TER (DUARTE; PEREIRA, 2018).

O TER é uma modalidade que, pelas suas características, não oferece apenas benefícios sustentáveis para o nicho, mas também para o desenvolvimento local/regional, devido ao

conjunto de práticas que podem ser proporcionadas. Primeiramente, porque o TER provoca menores impactos sobre o meio ambiente onde está inserido, comparando-se com o turismo de massas. Todavia, a preservação da autenticidade em que se alicerça o TER requer uma gestão tecida em termos de conservação dos recursos (ambientais ou culturais), não se abstendo apenas em almejar e angariar recursos. Persistindo nesta lógica, a sustentabilidade do TER provém de um conjunto articulado de ações, que propiciam a recuperação do patrimônio arquitetônico, a revitalização do patrimônio cultural (artesanato, gastronomia e tradições), a preocupação em preservar a qualidade ambiental e a unidade paisagística (SANTOS; BAPTISTA; CÉSAR, 2016; SANTOS; SANTANA, 2017).

Já o turismo rural considera as seguintes informações: paisagem, tipo de empreendimento, o roteiro, a origem, as motivações, o tempo para permanência, atividades desenvolvidas, entre outras, que facilitarão na identificação do tipo de turismo praticado (RODRIGUES, 2001). Desse modo, Zimmermann (2003) entende que: turismo rural é um segmento do turismo desenvolvido em áreas rurais produtivas, relacionado com os alojamentos na sede da propriedade ou em edificações apropriadas, nas quais o turista participa das diferentes atividades agropecuárias desenvolvidas nestes espaços, quer como lazer ou aprendizado.

Rátz e Puczko (1998) estabeleceram que a noção de turismo rural cobre não somente o turismo da fazenda ou o agroturismo, mas também o interesse pela natureza, incluindo os serviços de acomodações, eventos, festividades, recreação ao ar livre, produção de artesanato e produtos agrícolas. Além disso, contribui para a diversificação da oferta turística, aumento dos postos de trabalho e da renda no meio rural, valorização da pluralidade e das diferenças regionais, consolidação de produtos turísticos de qualidade e interiorização da atividade turística.

Conforme citado em outrora, o turismo rural é uma das atividades que estão sendo desenvolvidas em propriedades rurais como fonte econômica de desenvolvimento. Para Lauer (2022), a atividade promove a revitalização de zonas menos desenvolvidas, com a melhoria da infraestrutura rural, a expansão da oferta de empregos, a fixação do homem no campo e o regresso dos conterrâneos para suas cidades naturais, diminuindo conseqüentemente o êxodo rural.

Para Almeida et al. (2000), a empresa precisa se comprometer com a produção agropecuária, agregar valor a bens e serviços lá produzidos, resgatar e promover o patrimônio natural da comunidade. Já para Sharpley e Vass (2006), o benefício principal da atividade de

turismo rural é a obtenção de renda adicional provenientes da provisão de serviços, bens e experiências, gerando maior segurança na exploração agrícola no longo prazo, quando há abordagem de planejamento no desenvolvimento do turismo.

Desse modo, a degustação de alimentos e bebidas típicas locais pode possibilitar a interação do turista citadino com a cultura local. Atendendo a curiosidade sobre a produção alimentar e o desejo de consumir gêneros em sua atmosfera de origem, são criadas rotas gastronômicas em todo o mundo, organizadas em função de um produto ou traço cultural característico. Muitas vezes, a motivação principal para o desenvolvimento dessas rotas é incentivar o consumo de produtos que existem em abundância no destino turístico ou valorizar produtos dos quais as comunidades locais dependem fortemente, promovendo, assim, o maior preço do produto frente a mercados globais e o desenvolvimento de áreas rurais.

Sob este entendimento, a implementação do turismo rural em empreendimentos de agricultura familiar apresenta-se com grande potencial, contribuindo para a consolidação dos diferenciais de um produto frente aos seus concorrentes em outras localidades. Associado ao fluxo turístico atraído para regiões produtoras, as certificações e indicações geográficas podem elevar um núcleo produtivo à excelência e unicidade.

### **2.1.2 Turismo rural/Agroturismo no semiárido nordestino**

O Semiárido brasileiro tem como principais características as condições climáticas dominantes de semiaridez e a precipitação pluviométrica. Como reflexo dessas condições climáticas, a hidrografia é frágil, em seus amplos aspectos, sendo insuficiente para sustentar rios caudalosos que se mantenham perenes nos longos períodos de ausência de precipitações. Constitui-se exceção o rio São Francisco. Devido às características hidrológicas que possui, as quais permitem a sua sustentação durante o ano todo, o rio São Francisco adquire uma significação especial para as populações ribeirinhas e da zona do Sertão (SUDENE, 2018).

Desse modo, pode-se observar na figura 1, que o Semiárido brasileiro é composto por 1488 municípios, dos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Minas Gerais. Os critérios para delimitação do Semiárido foram a precipitação pluviométrica média anual igual ou inferior a 800 mm; o índice de Aridez de Thornthwaite igual ou inferior a 0,50 e; o percentual diário de déficit hídrico igual ou superior a 60%, considerando todos os dias do ano. A competência para fixar critérios técnicos e científicos para delimitação do Semiárido foi dada ao Conselho Deliberativo — CONDEL da SUDENE pela Lei Complementar n. 125, de 3 de janeiro de 2007, que o fez por

meio das Resoluções do Conselho Deliberativo da SUDENE de n. 107, de 27.07.2017 e de n. 115, de 23.11.2017 (IBGE, 2018).

**Figura 1. Mapa da nova delimitação do semiárido brasileiro**



Fonte: Sudene, 2017

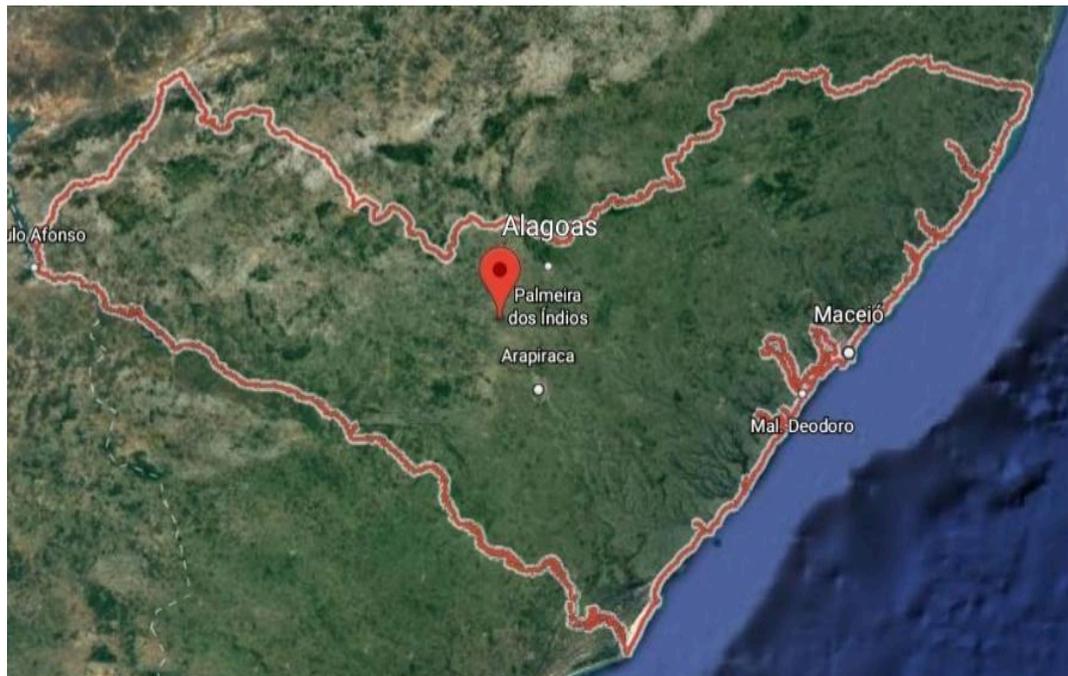
Souza (2006), concernente com o Seabra (2003), expõe que o turismo no espaço rural (agroturismo e turismo rural) envolve alternativas econômicas para o semiárido nordestino, com aquecimento de cadeia produtiva, sem acontecer a descaracterização da vida sertaneja e da identidade cultural dos moradores. Outro importante ponto é a revitalização do padrão arquitetônico urbano, e a revalorização das feiras livres, onde o artesanato e a própria culinária local é detida como incentivo econômico e sociocultural. Desta maneira, o turismo no campo tem, como base, características sociais e culturais, permitindo ao turista vivenciar experiências

participativas no cotidiano dos moradores campestres, e com as paisagens bucólicas locais, propiciando assim, descanso, lazer e crescimento pessoal aos visitantes.

Portanto, o cenário para o desenvolvimento desses recursos turísticos deve resultar de esforço coletivos entre a sociedade (empresários, universidades, trades, comunidades religiosas locais, moradores e a mídia) e o Estado (organizações federais, estaduais e municipais), cuja troca de experiências possibilitará o resgate da autoestima do povo sertanejo, bem como a ascensão social e o desenvolvimento rural advindo através do aumento da capacidade produtiva e econômica local.

Ademais, devido à amplitude geográfica do Semiárido Brasileiro, foi realizado um recorte na microrregião do estado de Alagoas (AL). Como pode ser visualizado na figura 2, Alagoas está localizado na região Nordeste do país, em divisa com Pernambuco, ao norte; com o Sergipe, ao sul; e com a Bahia, a oeste; sendo banhado a leste pelo Oceano Atlântico. É uma das menores unidades federativas do país, com uma área de 27.830,656 km<sup>2</sup>, onde habitam 3.351.543 pessoas, perfazendo uma densidade demográfica de 112,33 habitantes por quilômetro quadrado (IBGE, 2010; 2020).

**Figura 2. Mapa dos limites de Alagoas**



**Fonte: Google Earth (2021)**

O estado de Alagoas, em função da sua localização na região Nordeste, tem como principais características climáticas as irregularidades da precipitação pluviométrica e a pouca

variação sazonal da radiação solar, do fotoperíodo e da temperatura do ar. A proximidade da linha do Equador é um fator que condiciona um número elevado de horas de incidência de sol por ano e índices acentuados de evapotranspiração. Em todo o estado não há grandes oscilações da temperatura média do ar, variando, no litoral, entre 23 °C e 28 °C, e no sertão, entre 17 °C e 33 °C. As condições térmicas da região Nordeste, de forma geral, não possuem importantes variações no decorrer do período anual. Nas áreas de altitudes mais elevadas, em contato com as encostas do Planalto da Borborema e mais expostas aos ventos do Sudeste, as temperaturas médias do ar são mais brandas, por volta de 21°C a 23°C. Segundo a classificação de Köppen, toda a metade oriental do estado possui clima do tipo As?, ou seja, tropical e quente com chuvas de outono/ inverno, com precipitação pluviométrica média anual entre 1.000 mm a 1.500 mm. Porém, parte do leste alagoano, próximo à divisa de Pernambuco, possui clima Ams?, tropical, com chuvas de outono a inverno e médias pluviométricas anuais entre 1.500 mm a 2.200 mm. Por outro lado, a metade ocidental do estado, que é relativa ao agreste e sertão, detém condições semiáridas, com clima seco e quente (BSh), com precipitação pluviométrica média anual no Sertão entre 400 mm a 600 mm e no agreste de 600 mm a 900 mm (PINHO; LIMA; MARQUES, 2021).

Desse modo, climatologicamente, o mês de janeiro é importante para a região oeste de Alagoas, pois durante o este mês são esperadas chuvas convectivas nas regiões do Sertão, Sertão do São Francisco e Agreste, que auxiliam na recarga hídrica, principalmente com o aumento dos níveis de pequenos barreiros e cisternas.

Todavia, em janeiro de 2021, a precipitação da chuva ficou muito abaixo da média nas regiões do Sertão, Sertão do São Francisco e Baixo São Francisco. No Litoral e na Zona da Mata as chuvas foram acima da normalidade e, no Agreste de Alagoas, ficaram dentro da média climatológica. Conseqüentemente, estas situações contribuíram para o aumento da área com seca moderada (S<sub>1</sub>) na porção oeste do estado e elevação do índice de severidade da seca no Sertão do São Francisco, com uma área classificada com índice de seca grave (S<sub>2</sub>).

Predominam os impactos de curto prazo (C), ficando somente parte da porção oeste sob impactos de seca de curto e longo prazo (CL). Não houve alteração na linha de impactos. Com isso, o Sertão do São Francisco está classificado com índice S<sub>2</sub> de seca grave, grande parte do Sertão com índice de seca moderada (S<sub>1</sub>), Agreste, Zona da Mata, Baixo São Francisco e Litoral estão classificados com índice de seca fraca (S<sub>0</sub>). Parte do Sertão do São Francisco é classificada como seca moderada (S<sub>1</sub>). Os impactos da seca são característicos de secas de

longo prazo (L) em todo o oeste do estado e seca de curta duração na metade leste de Alagoas (PINHO; LIMA; MARQUES, 2021).

Por conta disso, podemos observar que é de suma importância a participação de representantes de órgãos de desenvolvimento federais e estaduais, gestões municipais e setor produtivo em discussões sobre estratégias e ações para enfrentar/conviver com essas dificuldades, além da necessidade de promover debates sobre o desenvolvimento através do turismo no espaço rural em Alagoas. (SEDETUR/AL, 2019). Pois, conforme a EMBRAPA (2019), o agroturismo promove o desenvolvimento sustentável e exerce múltiplas atividades no espaço rural, onde o visitante tem a oportunidade de conhecer as áreas e atividades agrícolas, os produtos locais e a culinária tradicional.

Por via desta, o crescimento do turismo rural em Alagoas é incentivado pelo Governo do Estado por meio de programas como o Alagoas Maior, executado pela SEDETUR em parceria com o Sebrae Alagoas, que possibilita a abertura de novos mercados e experiências que impulsionam os negócios locais.

Dessa maneira, a Confederação Nacional de Municípios (CNM) acredita que o turismo rural tem o potencial de alavancar a renda dos Municípios, gerando empregos diretos e indiretos, desenvolvendo e valorizando os patrimônios culturais, materiais e imateriais, além de conservar o meio ambiente e a atração de investimentos públicos e privados em infraestrutura para os locais onde se desenvolve. Para a entidade, a prestação de serviços em ambiente rural faz com que o turista desbrave as práticas comuns da vida no campo, como o manejo de criações e as manifestações culturais, enquanto aprecia paisagens diferentes das encontradas nos centros urbanos. A agregação de valor também é explorada pela possibilidade da verticalização da produção de pequena escala, no beneficiamento dos produtos in natura. O turismo rural é fundamental para a retomada do turismo, atendendo à demanda do turista pós-pandemia. (SEDETUR/AL, 2019).

#### **Quadro – 2. Ações estatais para o turismo rural em Alagoas**

O turismo rural em Alagoas pode ser incentivado pelo governo estadual, por meio de programas como o Alagoas Maior, executado pela SEDETUR, em parceria com o SEBRAE, possibilitando a abertura de novos mercados e experiências para impulsionar negócios rurais locais.
Ir além do turismo vinculado ao Rio São Francisco.
Interação entre organizações de ensino e pesquisa (universidades públicas e privadas, e a Embrapa para subsidiar a construção de programas estaduais e políticas públicas relacionadas ao turismo rural).
A CNM acredita que o turismo rural tem o potencial de alavancar a renda dos municípios e que a prestação de serviços e vendas de produtos rurais faz com que o turista desbrave práticas comuns da vida no campo como o manejo de criações e as manifestações culturais, enquanto aprecia paisagens diferentes das encontradas nos centros urbanos.
A agregação de valor aos produtos rurais é explorada pela possibilidade da verticalização da produção em

pequena escala, no beneficiamento dos produtos <i>in natura</i> . O turismo rural é fundamental para atender a demanda do turista no pós-pandemia. Não é à toa que a SEDETUR tem organizado feiras voltadas para o turismo rural.
---

Considera a participação de órgãos de desenvolvimento, pesquisa e de educação federais e estaduais, gestões municipais e setor produtivo em discussões sobre estratégias e ações, promovendo debates sobre o desenvolvimento do turismo no espaço rural em Alagoas.
---

Fonte: Silva et al. (2021)

Portanto, observa-se que o turismo no âmbito rural (seja o agroturismo ou turismo rural) se fortalece pela necessidade que o produtor tem de incrementar sua fonte de renda e agregar valor aos produtos unidos à vontade dos moradores urbanos de reencontrar suas raízes, expandir o contato com a natureza, com o modo de vida local, as tradições e costumes, e a curiosidade sobre as formas de produção das populações do interior (CASTRO; CASTRO; BRAIS, 2020).

### 2.1.3 Impactos e possibilidades do Turismo Rural/Agroturismo

O turismo no espaço rural, o agroturismo e turismo rural são compreendidos como uma alternativa socioeconômica no âmbito da cidadania, capaz de gerar emprego e fonte de renda complementar, e ocasionar o desenvolvimento em base local (infraestrutura e saneamento), promoção do desenvolvimento econômico e cultural, a conservação de recursos naturais (a educação ambiental tem como papel, integrar uma verdadeira educação socioeconômica e promover a preservação das riquezas naturais propiciando a dinamização das comunidades rurais e estabelecimento de novos laços sociais, especialmente entre campo e cidade) e das tradições culturais locais, históricos e patrimoniais e diversificação da oferta turística, (METZNER; AHLERT, 2018), com o risco de o desenvolvimento desordenado do turismo provocar destruição ambiental e cultural e a desestruturação dos locais receptores.

Nessa situação, as populações locais são as primeiras a arcar com o ônus da atividade. O desenvolvimento do turismo com vistas a atender apenas aos interesses do mercado e do capital, sem a participação da comunidade, provoca a exclusão, a descaracterização e o sentimento de que o turista não é um parceiro e sim um invasor, e as relações por consequência não são de hospitalidade, mas sim de conflito (PEREIRA; PIMENTA; PEREIRA, 2017).

O turista que visita estas propriedades familiares, além de usufruir atividades de lazer e recreação, poderá adquirir produtos oriundos do trabalho das famílias rurais, contribuindo para a geração de emprego e renda, além de fixar o homem no campo, turismo rural pode ter a

função de indutor de desenvolvimento e de conservação por incentivar e até mesmo possibilita a conservação, manutenção e valorização do patrimônio histórico, cultural e natural da região onde está sendo explorado. Pode também proporcionar benefícios à população local, com melhorias na infraestrutura e nos serviços oferecidos, além de criar mercado para os produtos agrícolas com referência geográfica (PEREIRA, 2018).

Em contrapartida, ele pode trazer transtornos à comunidade por meio da influência dos turistas, como, por exemplo, os impactos sobre o meio ambiente, o aumento do custo de vida e descaracterização de determinados traços culturais da sociedade local. Para os turistas que saem dos grandes centros e estão ligados ao stress urbano, à poluição, à violência e alimentação de pouca qualidade, estar em um lugar com atrativos típicos de uma específica região como os propostos pelo turismo rural é uma experiência única. Além dos produtos de qualidade, os turistas podem usufruir do clima da região, da tranquilidade do ambiente e se integrar ao mundo do agricultor familiar e em seu ritmo de vida.

## **2.2 Agricultura Familiar**

Uma das primeiras definições para a Agricultura Familiar ocorreu por meio da Lei 4.504 (1964), que estabeleceu o Estatuto da Terra, em que a propriedade familiar foi definida como:

“O imóvel que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalhado com a ajuda de terceiros (BRASIL, 1964, art. IV, inciso II).”

Na literatura científica, o termo agricultura familiar não possui um entendimento unificado, por isso, as denominações podem variar dependendo do contexto socioeconômico e político, tendo em vista as especificidades das lógicas institucionais da Comunidade, do Estado e do Mercado. Ainda assim, podemos caracterizá-la como uma prática que envolve a cultura e os valores socioculturais correlacionados entre o trabalho, a família e a propriedade (SILVA; GODOY; BORTOLUZZI, 2016).

De todo modo, o papel do Estado brasileiro na construção dessa significação local é enfatizado, principalmente a partir das diretrizes da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (estas diretrizes permitiram que o IBGE realizasse a tabulação dos dados oficiais sobre a AF no Brasil). Por isso que, segundo os termos

estabelecidos pela instituição, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no espaço rural, atendendo, simultaneamente, aos critérios: deter propriedade com área inferior a quatro módulos fiscais; utilização de mão-de-obra, essencialmente, familiar nas atividades produtivas; gerenciamento familiar do estabelecimento/empreendimento; e conter renda familiar originada de atividades econômicas vinculadas a propriedade (DALMORO et al., 2017; ROVER et al., 2017).

Como reforço àquela caracterização, a FAO/INCRA (2007), define três características: a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são executados por indivíduos que mantêm, entre si, laços de parentesco ou de matrimônio; a maioria do trabalho é proporcionada pelos membros da família; e a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre a terra) pertence à família e é no seu interior que se efetua sua transmissão em caso de falecimento ou aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva.

De modo geral, a AF pode ser entendida como uma categoria genérica que engloba uma diversidade de formas de organizações sociopolíticas da produção, que tem como características principais a centralidade da família nas decisões e organização da propriedade rural, bem como para construção do patrimônio familiar (SILVA; NAVGANTES-ALVES, 2017; ALBARELLO; DEPONTI; WESS, 2018), provenientes de atividades agrícolas e/ou não-agrícolas (NASCIMENTO; JOHANN; BASSO, 2018).

O Estado legitimou a importância socioeconômica e cultural da agricultura familiar (AF) a partir dos anos 90, com a formalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), conforme decreto n.º 1.946/96.

As ações do Estado voltaram-se às políticas públicas capazes de desenvolver condições de produção alternativa à expansão da agricultura de larga escala e com capacidade de recuperar a identidade sociocultural do agricultor, o que resultou, a partir dos anos 2000, nas criações do: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), pela lei n.º 10.696/2003; do MDA, com a lei n.º 11.326/06; e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), com a lei n.º 11.947/2009 (NASCIMENTO; JOHANN; BASSO, 2018; SOUSA et al., 2018).

Grisa e Schneider (2014) e Tanaca, Souza e Ganga (2014) apresentam impactos desses programas sociais. Sobre o PRONAF, é destacada sua finalidade de promover o desenvolvimento sustentável rural, foi constituído com a intenção de propiciar ao agricultor o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda. Para o PAA, foi estabelecida uma política pública em que seriam adquiridos alimentos dos agricultores

familiares que se enquadram no PRONAF, sendo esses alimentos destinados à formação de estoques de segurança ou canalizados para populações em situação de risco alimentar.

Nessa contemporânea configuração, segundo os dados do IBGE (2017), o pequeno agricultor ocupa papel decisivo na cadeia produtiva que abastece o mercado brasileiro e é responsável por cerca de 70% dos alimentos consumidos. Em outros termos, a agricultura familiar ocupa um espaço importante na economia brasileira, principalmente na região Nordeste, onde o setor é estrategicamente responsável pela geração de renda (reduzindo conseqüentemente a pobreza rural e urbana e estimulando o consumo sustentável), de empregos, de diminuição do índice de êxodo rural, do desenvolvimento regional/local e do abastecimento dos principais itens da alimentação básica dos brasileiros (FELIPPI; DEPONTI; DORNELLES, 2016).

### **2.2.1 Agricultura Familiar no semiárido nordestino**

A Região Nordeste do Brasil ocupa uma área de 1,56 milhão de km<sup>2</sup> (pouco mais de 18% do território nacional) e abriga cerca de 57 milhões de habitantes (IBGE, 2019). Em termos físicos, Andrade (2005) destaca que no território nordestino, a maior parcela do espaço regional (64,8%) pertence ao Semiárido. As condições edafoclimáticas, predominantes na maior parte do âmbito rural nordestino, destacam algumas características, como: a baixa e irregularidade da pluviosidade, ocorrências periódicas de secas; temperaturas elevadas com altas taxas de evapotranspiração; solos pouco permeáveis e predispostos à erosão; e predominância da vegetação do bioma originalmente brasileiro, a caatinga.

As mudanças socioeconômicas sucedidas a partir dos anos 2000 com políticas públicas voltadas para a convivência com o semiárido, via Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), influenciaram positivamente na qualidade de vida da população rural nordestina. Porém, os efeitos nocivos das secas continuam atingindo as atividades produtivas, principalmente aquelas desenvolvidas pelos agricultores familiares com maior índice de pobreza (ANDRADE, 2005) e por isso a importância de tecnologias sociais e alternativas para legitimar essa convivência, ao invés de focar no combate à seca.

Entretanto, ressalta-se que a gravidade histórica das secas, a partir dos anos 2000, não implicou tanto no êxodo das áreas rurais e nem no índice de mortes humanas, como ocorrera no século anterior. Tudo isso, graças às melhorias desenvolvidas na infraestrutura de captação e armazenamento de recursos hídricos e na rede de proteção social (com a expansão das aposentadorias rurais e do programa Bolsa Família) desenvolvidas mediante políticas públicas

agrárias que incentivaram à economia em geral, ocasionando no aumento da capacidade de resiliência dos moradores locais e na contribuição para o crescimento da pluriatividade e das rendas agrícola e não-agrícolas (AQUINO; NASCIMENTO, 2020).

A agropecuária regional foi severamente afetada no semiárido e uma prova disto é que, comparando os resultados dos censos agropecuários do IBGE de 2006 e 2017 em termos de Brasil, apenas a Região Nordeste teve queda tanto no número (menos 131.341) quanto na área (menos 5.180.546 ha) dos estabelecimentos agropecuários. Além disso, houve redução no total de pessoas ocupadas na agropecuária nordestina, de 7,7 milhões para 6,4 milhões entre os dois últimos recenseamentos. Ainda assim, percebe-se que o ano de 2017 é emblemático para a agropecuária nordestina. Isso porque ele consta com o menor número de áreas ocupadas pelas propriedades agrárias e o menor contingente populacional no setor desde os anos 70. Para conter essas ocorrências, o Estado, incluindo ações do Banco do Nordeste (BNB), contribuíram para apoiar, por meio de linhas de créditos, os investimentos do setor no momento de dificuldades provocadas pela estiagem prolongada (IBGE, 2017; BNB, 2019).

Conforme o Censo Agropecuário (2017), foram contabilizados 5.073.324 estabelecimentos rurais no Brasil. Desse total, 3.897.408 (76,8%) concernem de agricultores familiares e a maioria localiza-se na Região Nordeste, que abriga em seu território 1.838.846 explorações familiares (47,2% do total nacional), reforçando que a agricultura familiar concentra-se como principal sistema de produção e trabalho no campo (AQUINO; ALVES; VIDAL, 2020).

Em relação à condição de propriedade, o contingente de agricultores familiares nordestinos detém somente 36,6% da área de mais de 70 milhões de hectares ocupada pelos estabelecimentos agropecuários, indicando a persistência de uma acentuada desigualdade na distribuição dos ativos fundiários prevaletentes no Nordeste (IBGE, 2017).

Nesse cenário, conforme gráfico 1, a participação da categoria familiar no total de estabelecimentos rurais supera a média regional em alguns estados, como no Maranhão (85,1%), Alagoas (83,6%), Pernambuco (82,6%), Piauí (80,3%) e no Rio Grande do Norte (79,9%). E, as explorações familiares são maioria dos estabelecimentos na Bahia (77,8%), em Sergipe (77,3%), na Paraíba (76,9%) e no Ceará (75,5%) (IBGE, 2017; AQUINO; ALVES; VIDAL, 2020).

Como se verifica nos dados agregados para o Nordeste, a área territorial dessas propriedades é reduzida, proporcionalmente, aos não familiares. “A exceção da regra”, fica por conta de Pernambuco, cuja participação das explorações familiares ultrapassa 50%, e seguindo

essa vertente, respectivamente, os estados do Ceará, Sergipe e Paraíba, onde eles possuem 48,4%, 46,6% e 42,1%, das terras ocupadas por estabelecimentos agropecuários. Ademais, as receitas monetárias dos agricultores nordestinos superaram a cifra de R\$29 bilhões em 2017 (GE/SIDRA, 2019).

Desse total, 44% sendo obtido por meio da venda de produtos vegetais, animais e seus derivados e produtos da agroindústria rural, além de outras receitas menores, provenientes de atividades não agrícolas desenvolvidas no interior das propriedades, a exemplo do turismo no espaço rural (TER); da mineração; do artesanato e da tecelagem. Já a parcela maior (56%) originou-se de “outras rendas” das famílias (AQUINO; ALVES; VIDAL, 2020).

### **2.2.2 Impactos e possibilidades da Agricultura Familiar**

A agricultura familiar apresenta vantagens econômicas (aumento dos índices de emprego no espaço rural e desenvolvimento local), sociais (diminuição do êxodo rural), culturais (fortalece os costumes próprios do lugar) e ambientais frente a outras formas de exploração, por contar com diversidade de cultivos, eficiência produtiva e energética, proteção da biodiversidade e dos recursos naturais não renováveis (CAMARGO et al., 2017).

Visando um melhor benefício para o espaço rural, de modo sustentável, Costabeber e Caporal (2003), apresentam três estratégias, sendo: opção pela agricultura familiar; busca de novas formas de comercialização; e difundir uma dimensão local do desenvolvimento.

Ademais, Caume (2009) ainda complementa e afirma que para a agricultura familiar obter sucesso é necessário que ela seja tratada em três planos interligados e dinâmicos (a partir de objetivos diferenciados): categoria social relacionada aos processos de autoidentificação dos indivíduos para que se sintam em igual posição e que apresentem as mesmas necessidades; categoria sociológica que se refere à construção social legitimada pelo campo do conhecimento, pela ciência; objeto de política pública no qual a agricultura familiar é definida como operacional e a uma qualificação é oferecida pela necessidade do aparelho de estado prover um recorte seletivo dos potenciais beneficiários da política.

Todavia, a AF também enfrenta dificuldades, como, por exemplo: organização e defesa de seus interesses, porque as prioridades variam consoante a propriedade e a apresentação de recursos e tecnologia; problemas relativos aos sucessores, uma vez que um espaço é gerenciado pela família e se o sucessor não estiver interessado/preparado para assumir a sua herança, a propriedade pode falir/ser vendida; dificuldades de transporte/logística dos produtos oriundos

daquela localidade; e dificuldades para conhecer/constituir preços dos produtos locais e para identificar a preferência dos consumidores (FARIA et al., 2019).

Segundo Lopes, Basso e Paulic (2021), tendo em vista os impactos que podem ser gerados para o agricultor familiar, há aspectos que precisam ser considerados em relação à aproximação com a lógica de mercado: tipo ou perfil de agricultor familiar, pelo lócus e/ou alcance espacial, pela natureza ou as características dos mercados, pelas formas de regulação existentes e pelos canais de comercialização utilizados; e os entraves operacionais, estruturais, políticos e econômicos a serem enfrentados na construção e gerenciamento desse mercado.

### **3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Esse trabalho, no que se refere a sua finalidade, pode ser caracterizado como uma pesquisa de campo que visa contribuir com a perspectiva de desenvolver o Semiárido brasileiro, por meio do Turismo Rural/Agroturismo, para apresentar possibilidades de comercialização na área de serviços e também do comércio. Ou seja, nesse sentido, a Administração pode promover uma interação entre agricultura familiar e turismo rural.

No entanto, dada à amplitude geográfica do objeto do estudo, o Semiárido brasileiro, composto por 1488 municípios dos estados do Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Minas Gerais. Este estudo fez um recorte no semiárido alagoano, a partir do seguinte objetivo geral: construir uma proposta de Turismo Rural no Semiárido Alagoano a partir das potencialidades locais.

No recorte dessa microrregião, a perspectiva é desenvolver para in loco composto por Serra Bonita e Serra das Pias, os seguintes objetivos específicos: a) Analisar o reconhecimento das novas formas de turismo que estão sendo implementadas nas áreas rurais, especialmente para subsidiar uma gestão estratégica adequada; b) Compreender as principais políticas e ações públicas voltadas para o Turismo Rural na Agricultura Familiar (TRAF) no Brasil, especialmente em Alagoas; c) Refletir sobre os riscos e benefícios da implantação do turismo rural em pequenas propriedades agrícolas; d) Analisar as potencialidades de pontos turísticos lotados em Serra das Pias e Serra Bonita para o Turismo no Espaço Rural; e) Desenvolver protótipos de rotas turísticas para as comunidades da Serra das Pias e Serra Bonita.

Os procedimentos para a coleta de dados são: coleta de dados secundários e primários, por meio de survey, pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. A abordagem é qualitativa, uma vez que se baseia na coleta e análise das informações que permitiram a realização do

estudo em questão. Por fim, do ponto de vista temporal empregado, trata-se de um estudo de caráter transversal.

Ademais, conforme o quadro abaixo, o método utilizado para o levantamento dos dados foi a Pesquisa-Ação (PA) participativa, a partir da lógica de Lodi, Thiollent e Sauerbronn (2018), pois ela reforça o papel do conhecimento científico para benefício social, nas seguintes etapas: exploratória (coletar dados a partir das realizações e limitações da primeira fase; e aprofundar a bibliografia); analítica (demandas atuais da comunidade e dos pesquisadores para tomada de decisões); ativa (plano de ação, com metas); e avaliativa (efetividade das ações e apresentação dos resultados).

**Quadro - 3. Fases da Pesquisa-Ação (PA) participativa.**

<b>Fases</b>	<b>Ação</b>	<b>Explicação</b>	<b>Como foi?</b>
Exploratória	Colocação de Problemas	Discussão sobre a relevância científica e prática do que está sendo pesquisado	Considerando que, na óptica da administração, o Turismo Rural poderia ser uma fonte geradora de desenvolvimento local e outras vantagens para os agricultores familiares, os quais são peças-chave para a sociedade.
	Referencial Teórico	Articulação com referencial teórico de acordo com local onde será realizada a pesquisa	Realizado o levantamento bibliográfico, o delineamento de ideias e proposições.
	Problematização	Proposições formuladas pelos pesquisadores a respeito de possíveis soluções para problemas levantados	Foram determinadas questões e definido objetivos da pesquisa.
	Seminário	Promover discussão e tomada de decisões acerca da investigação (definição de temas e problemas), constituir grupos de estudos, definir ações, acompanhar e avaliar resultados	Foi escolhido o Lócus, a ser analisado; e realizados encontros para observações, entrevistas e reuniões online (Google Meet)
	Coleta de Dados	Definição das técnicas de coleta de dados a serem utilizadas: entrevistas em profundidade, entrevistas episódicas, grupos focais, levantamentos, observação-participante	Houve a elaboração do questionário, baseado no referencial teórico, aplicado por meio de entrevista individual + questionário (as respostas do questionário foram gravadas mediante a autorização dos atores)
Analítica	Apresentação de Dados	Apresentação de dados para discussão, análise e Interpretação	Os dados (áudios das entrevistas) foram transcritos e analisados.
	Aprendizagem	Ações investigadas envolvem produção e circulação de informações, tomadas de decisão, supondo capacidade de aprendizagem dos participantes	Foi elaborada a comparação dos dados empíricos com a teoria.
	Saber formal e informal	Interação entre saberes prático e teórico que constrói novos conhecimentos	Por meio de conversas informais e observações com os atores inseridos no lócus.

Ativa	Plano de Ação	Definição dos atores, da relação entre eles, quem são os líderes, quais os objetivos e os critérios de avaliação da pesquisa, continuidade frente às dificuldades, quais estratégias serão utilizadas para assegurar a participação dos sujeitos, incorporação de sugestões e qual a metodologia de avaliação conjunta de resultados.	Foi elaborado um protótipo de rota turística para implementação futura, como também um levantamento de possíveis parceiros.
Avaliativa	Avaliação de Efetividade	Controle da efetividade das ações no contexto social da pesquisa e suas consequências a curto e médio prazos	Por meio de encontros e implementação de ações.
	Avaliação de Conhecimento	Extração dos conhecimentos necessários para estender as ações realizadas a outros casos.	Listagem de implicações teóricas e práticas.
	Divulgação Externa	Nessa fase ocorre o retorno dos resultados da pesquisa aos participantes, divulgação dos resultados em eventos, congressos, conferências, teses e publicações científicas.	Criação de relatórios e registros.

**Fonte: Lodi, Thiollent e Sauerbronn (2018).**

Dessarte, como dito em outrora, para uma melhor compreensão do estudo, os dados secundários foram obtidos através Revisão de literatura sobre o Turismo Rural, Semiárido e Agricultura Familiar no Brasil, em instituições reconhecidas como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE, o Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura — IICA, o Ministério do Turismo — Mtur, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Turismo — SEDETUR, a Organização Mundial do Turismo — OMT, a Food and Agriculture Organization — FAO e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE.

Além disso, foram utilizados os bancos de dados CAPES QUALIS, Google Scholar e SciELO, como exemplificado no quadro abaixo.

**Quadro - 4. Bancos de dados para Pesquisa Bibliográfica.**

BANCO DE DADOS	PROCEDIMENTO
CAPES QUALIS	Baixou-se um arquivo contendo os periódicos em Administração Geral, Pública e Turismo (Área 1 da CAPES; possuindo 3653 revistas com os estratos de A1, A2, B1, B2 e B3). Entretanto, após aplicar filtros com as palavras-chave (“Agricultura familiar”, “Turismo Rural” e “Agroturismo”) em português, inglês, espanhol e francês, e recorte temporal de 2017 a 2022, restaram 24 periódicos, resultando em 107 artigos (51 artigos para “agricultura familiar”; 5 artigos para “agroturismo” e 41 artigos para “turismo rural”).

GOOGLE SCHOLAR e SciELO	Buscaram-se artigos com as palavras-chave (“Agricultura familiar”, “Turismo Rural” e “Agroturismo”) em português, inglês, espanhol e francês, e recorte temporal de 2017 a 2022. Dessa forma, foram encontrados 1000 artigos para Agricultura Familiar, 999 artigos para Turismo Rural e 47 artigos para Agroturismo.
-------------------------------	---

**Fonte: elaboração própria**

Dessarte, para a Coleta de Dados, as informações dos dados primários foram obtidas via observação direta, visita in loco e conversas, bem como entrevistas semiestruturadas. Enquanto, os dados secundários foram obtidos através das redes sociais (Instagram, Facebook e WhatsApp) do informante-chave “COOPCAM”, reuniões com pesquisadores da EMBRAPA/AL e durante eventos promovidos pelo Alagoas Maior, como a Expoagro.

Por fim, mediante esta interação foi possível desenvolver um protótipo da rota turística para o locus estudado com auxílio da Embrapa, UNEAL Arapiraca (curso de Geografia) e representantes de uma cooperativa de agricultores familiares local.

#### **4. DESCRIÇÃO DOS DADOS**

Para a literatura científica o termo agricultura familiar não possui um entendimento unificado, por isso as denominações podem variar dependendo do contexto socioeconômico e político, tendo em vista, as especificidades das lógicas institucionais da Comunidade, do Estado e do Mercado. Por via disso, a agricultura familiar é uma prática que envolve a cultura e os valores socioculturais correlacionados, simultaneamente, entre o trabalho, a família e a propriedade (SILVA; GODOY; BORTOLUZZI, 2016), que possui renda proveniente de atividades agrícolas e/ou não agrícolas (NASCIMENTO; JOHANN; BASSO, 2018).

Ademais, conforme, a Lei n.º 11.326/06, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural.

Diante disso, a agricultura familiar manifesta vantagens sociais, econômicas e ambientais, por contar com diversidade de cultivos, eficiência produtiva e energética, proteção da biodiversidade e dos recursos naturais não renováveis, manejo meticuloso e atividades de menor impacto ambiental e com maior relevância social.

Nessa contemporânea configuração, segundo o IBGE (2017), o pequeno agricultor ocupa papel decisivo na cadeia produtiva que abastece o mercado brasileiro e é responsável por

cerca de 70% dos alimentos consumidos, ocupando assim um espaço importante na economia brasileira, principalmente na região Nordeste.

Desse modo, entende-se que tal tema é considerado um campo importante para o desenvolvimento rural sustentável, e por isso, visando um melhor benefício para o espaço rural, Costabeber e Caporal (2003) apresentam três estratégias: opção pela agricultura familiar, busca por novas formas de comercialização e difundir uma dimensão local do desenvolvimento.

Ademais, Caume (2009) ainda complementa e afirma que para a agricultura familiar obter sucesso, é necessário que ela seja tratada em três planos interligados e dinâmicos (a partir de objetivos diferenciados): categoria social relacionada aos processos de autoidentificação dos indivíduos para que se sintam em igual posição e que apresentam as mesmas necessidades; categoria sociológica que se refere à construção social legitimada pelo campo do conhecimento, pela ciência; e objeto de política pública no qual a agricultura familiar é definida como operacional e sua qualificação é oferecida pela necessidade do aparelho de Estado prover um recorte seletivo dos potenciais beneficiários da política.

Tendo em vista os impactos que podem ser gerados para o agricultor familiar, há aspectos que precisam ser considerados em relação à aproximação com a lógica de mercado. Por via desta, é de suma importância para a criação de estratégias de desenvolvimento, que haja a identificação do tipo/perfil do agricultor familiar (pelo *locus*, alcance espacial ou pela natureza), das características dos mercados, (pelas formas de regulação existentes e pelos canais de comercialização utilizados); e dos entraves operacionais, estruturais, políticos e econômicos a serem enfrentados na construção e gerenciamento desse mercado.

Portanto, para preencher essa necessidade de identificação, foram realizadas entrevistas com os agricultores familiares do *locus* analisado. A partir disso, foi possível entender por meio da coleta dos dados primários, que os agricultores locais reafirmam o conceito estipulado na literatura, ao possuírem extremo vínculo com a terra (propriedade), a família e o trabalho, e estão diariamente envolvidos com a cultura (costumes, alimentos, canções, ritos, história e “heróis” da região), bem como com os valores sociais. Sendo assim, no quadro 5, pode-se analisar de forma mais transparente e concisa, a caracterização desses agricultores, o tipo de mercado atuante e os principais desafios da área.

**Quadro - 5. Caracterização dos agricultores, tipo de mercado e principais desafios**

Caracterização dos agricultores				
Agricultores de pequeno porte	Apego ao patrimônio territorial e cultural	Território herdado	Família interligada com a terra	Identificação com ser agricultor

Tipo de mercado atuante				
Local e proximidades				
Principais desafios				
Falta de local apropriado para armazenamento	Produção dos produtos em pequena escala	Falta de recursos financeiros e investimento público	Escassez de Recurso hídrico	Falta de conhecimento sobre custo de produção e final

Fonte: Elaboração autoral (2021)

Também é importante para segmentação do presente trabalho, a Identificação das políticas públicas e benefícios na região, pois, a partir dos anos 2000, as ações do Estado voltadas a políticas públicas têm o poder de desenvolver condições de produção alternativa à expansão da agricultura de larga escala, capacidade de recuperação da identidade sociocultural do agricultor, e desenvolvimento através do turismo no Interior (DALMORO et al., 2017; SANTOS, 2018; NASCIMENTO, JOHANN; BASSO, 2018; SOUSA et al., 2018).

Dessa maneira, por meio dos dados armazenados é possível perceber que alguns dos agricultores fazem parte de programas de construção de cisternas, o PAA, o PNAE e Alagoas Maior, porém, em relação ao PAA e PNAE, possuem alguns entraves de comercialização local e angariação de recursos em relação às polpas de frutas devido à vantagem competitiva da concorrência. Mesmo assim, os moradores consideram que estes são programas e políticas públicas fundamentais para o desenvolvimento da pequena agricultura e da comunidade. Como podemos observar em uma fala do participante I:

*‘Tem o PAA, o PNAE, o programa de cisternas também, que é o programa de construção de cisternas, que foi uma política pública muito importante pra nós, inclusive nós estamos terminando de construir a nossa cisterna na agroindústria.; todo processo que a gente está vivenciando no Alagoas Maior; com a Secretaria de Cultura aqui nós acessamos recursos, então assim são políticas públicas fundamentais para o desenvolvimento da pequena agricultura.’*

Portanto, entende-se que o turismo rural pode influenciar a comunidade a atingir o desenvolvimento local, com aquecimento de cadeia produtiva, sem que aconteça a descaracterização da vida sertaneja e nem a perda consequente da identidade cultural dos próprios moradores.

Por este viés, o presente estudo visou realizar o processo de análise, elaboração e implantação do roteiro turístico na comunidade da Serra das Pias em Palmeira dos Índios–AL.

**Quadro - 6. Fases do processo de análise, elaboração e implementação do roteiro**

<b>Fase Primária “A análise”</b>	Realizar pesquisa para entender a motivação do grupo; os objetivos/metapas; os pontos fracos e fortes do roteiro; e os pontos turísticos idealizados pela comunidade.			
<b>Fase Secundária “A Elaboração”</b>	Análise/avaliação financeira	Realizar Inventário dos ativos	Realizar o geomapeamento da região onde será protagonizado as rotas turísticas	Definição do prognóstico e protótipo do roteiro consoante as normas e leis locais, ambientais e jurídicas
<b>Fase Terciária “A Implementação”</b>	Implementação do roteiro turístico	Distribuição de mapa digital, folder e cartilha com as histórias das famílias, contato delas, fotos (se permitido), curiosidades e descrição dos objetos comercializados na região pelos mesmos.		

Fonte: Elaboração autoral (2021)

Salienta-se que esta pesquisa está na segunda fase (Elaboração), e isso significa que ela não está no processo de Definição do prognóstico e protótipo do roteiro. Dessa forma, o protótipo nível 1, foi desenvolvido via conversas com o participante III durante visita técnica no dia 24/04/2021 na COOPCAM até as entrevistas aplicadas via WhatsApp e Google Meet com os participantes I, II e III no dia 17/06/2021.

Ressalta-se que obtiveram alterações no projeto devido à lógica do método Pesquisa-Ação que defende a emergência, construção e desconstrução dos objetivos e ações do pesquisador visando às necessidades locais e reais da comunidade. Sendo assim, o protótipo nível 2, foi amadurecido durante conversas com o participante III no projeto de extensão: “Semiárido em Desenvolvimento”, no dia 31/07/2021 na Associação de Agricultores Alternativos - AAGRA, desenvolvido pelo Núcleo Interinstitucional para Desenvolvimento Regional - NIDER (composto por pesquisadores e alunos da UFAL, UNEAL e IFAL, das áreas de Administração, Contabilidade, Geografia e Meteorologia) em Igaci-AL.

**Quadro - 7. Protótipo, nível 1 e 2, do roteiro turístico**

<b>Pontos turísticos</b>	
<b>Protótipo 1</b>	<b>Protótipo 2</b>
<b>(Elaborado através das entrevistas)</b>	<b>(Amadurecido durante o projeto de Extensão: semiárido em desenvolvimento)</b>
Cristo do Goití	Casa museu Graciliano Ramos
Fazenda Boa Sorte	Museu Xucurus
Irmãs Pilar	Catedral de Nossa Senhora do Amparo
Zé do Quebra-queixo	Cristo do Goití
Comunidade Boca Alegre	Fazendo Boa Sorte
Serra Bonita	COOPCAM

Serra das Pias	Serra Bonita
Santuário de Nossa Senhora do Amparo	Monte Alegre
Capela de Nossa Senhora das Dores	-
Casa da Vera Lúcia	-

Fonte: Elaboração própria

Por fim, no dia 26/08/2021, foi solicitada uma nova alteração no protótipo pela participante III, pois o roteiro seria apresentado durante o evento on-line da RURALTUR, entre o dia 01 a 04/09/2021, desenvolvido pelo SEBRAE.

**Quadro - 8. Protótipo final, nível 3, do Roteiro turístico criado para o RURALTUR**

<b>Roteiro Turístico: “Conhecendo as Serras de Palmeira dos Índios”</b>			
<b>Ordem de visitação</b>	<b>Local</b>	<b>Ilustração</b>	<b>Descrição da parada</b>
1º parada (Início da rota)	Casa-Museu Graciliano Ramos		Em razão do seu valor histórico e cultural, a Casa-Museu Graciliano Ramos é tombada pelo patrimônio histórico do Brasil, elevando o imóvel ao nível de monumento nacional. Desse modo, ao visitar o local, conhecemos de perto a importância de Graciliano para a cultura brasileira. Além disso, o acervo do museu é composto por fotos pessoais, originais de algumas obras, roupas, documentos, máquina de escrever, objetos utilizados no filme “Vidas Secas”, o manuscrito da carta que o romancista enviaria a Getúlio Vargas após ser preso por razões políticas, em 1937, entre muitas outras coisas.
2º parada	Cristo do Goiti		O Cristo do Goiti, desde 1979, é um dos atrativos turísticos e culturais mais visitados na cidade de Palmeira dos Índios. Ademais, o monumento histórico fica localizado na Serra do Goiti, a mais de 500 m de altitude, cuja área era conhecida pela abundância de goitizeiro ou oitizeiro.

3º parada	Fazenda Boa Sorte		<p>A Fazenda Boa Sorte, está localizada após a Mata da Catarina, a proprietária da Fazenda é considerada um patrimônio vivo da região, ao ser a primeira pessoa a montar uma associação e a buscar políticas públicas para a comunidade. Além disso, foi uma das responsáveis pela criação de uma igreja e um posto de saúde para a comunidade.</p>
4º parada (fim da rota)	COOPCAM		<p>A Cooperativa Mista de Produção e Comercialização Camponesa do Estado de Alagoas (COOPCAM) é uma cooperativa da comunidade da Serra das Pias (porém possui associados de 15 municípios vizinhos), que seguem os princípios da Agroecologia. Um dos produtos produzidos e comercializados pela instituição é o “Vinho de Jabuticaba” e seus derivados (geleias e compotas), além disso, no Espaço Camponês é comercializado os produtos dos agricultores, dos cooperados e dos parceiros locais.</p>
<b>Roteiro Turístico: “O caminho da Jabuticaba”</b>			
<b>Ordem de visitação</b>	<b>Local</b>		<b>Descrição da parada</b>
1º parada (Início da rota)	Casa museu Graciliano Ramos		<p>Em razão do seu valor histórico e cultural, a Casa-Museu Graciliano Ramos é tombada pelo patrimônio histórico do Brasil, elevando o imóvel ao nível de monumento nacional. Desse modo, ao visitar o local, conhecemos de perto a importância de Graciliano para a cultura brasileira. Além disso, o acervo do museu é composto por fotos pessoais, originais de algumas obras, roupas, documentos, máquina de escrever, objetos utilizados no filme “Vidas Secas”, o manuscrito da carta que o romancista enviaria a Getúlio Vargas após ser preso por razões políticas, em 1937, entre muitas outras coisas.</p>

2º parada	COOPCAM		<p>A Cooperativa Mista de Produção e Comercialização Camponesa do Estado de Alagoas (COOPCAM) é uma cooperativa da comunidade da Serra das Pias (porém possui associados de 15 municípios vizinhos), que seguem os princípios da Agroecologia. Um dos produtos produzidos e comercializados pela instituição é o “Vinho de Jabuticaba” e seus derivados (geleias e compotas), além disso, no Espaço Camponês é comercializado os produtos dos agricultores, dos cooperados e dos parceiros locais.</p>
3º parada (fim da rota)	Propriedades rurais locais		<p>Visitação às propriedades dos agricultores familiares locais, visando a troca de saberes, e possibilitando conhecer as vivências e os plantios de jabuticaba.</p>

Fonte: Elaboração própria

Por essa razão, o modelo final conta com dois tipos de roteiro turístico, ambos voltados para o turismo rural, denominados de “Conhecendo as Serras de Palmeira dos Índios” e “O Caminho da Jabuticaba”.

**Quadro - 9. Resumo geral dos eventos e atividades participadas durante a pesquisa.**

EVENTO	RESUMO	DATA	LOCAL
EXPOAGRO	1º contato (participante II)	25/10/2020	Maceió/AL
	Elaboração do banner	28/10/2020	
ENCCULT	Apresentação de artigo	01 a 04/11/2020	
EXPOAGRO	2º contato (participante III)	01/11/2020	
-	Prospecção de fornecedores para a rolha de cortiça	23/11/2020	
	Elaboração de fluxograma dos processos	20/11 até 19/12/2020	
	Elaboração de diagrama dos atores institucionais	26/12/2020	
	Prospecção de equipamentos para gestão de qualidade	30/12/2020	
2º Circuito da Jabuticaba 26 a (30/03) (adiado)	Criação de folders com programação	08/02/2021	
Atividades	Reajuste do folders	09/03/2021	

<b>preparatórias do 2º Circuito (26, 28 e 30/03)</b>			
<b>Visita técnica</b>	Início da produção do vinho	24/04/2021	Serra das Pias (presencial)
<b>Aplicação de questionário</b>	Entrevista com a participante III	17/06/2021	Online
<b>Reunião com a Embrapa</b>	Prospecção de parceria para elaboração do roteiro turístico	28/06/2021	
<b>Reunião com participante III</b>	Conversa realizada durante projeto de extensão: Semiárido em desenvolvimento, sediado pela UFAL, IFAL E UNEAL	31/07/2021	Igaci (presencial)
<b>Reunião com colaboradores da UNEAL (Palmeira dos Índios)</b>	Elaboração do mapa do roteiro turístico	14/08/2021	Online
<b>Reunião com participante III</b>	Elaboração do roteiro turístico para o RURALTUR	26/08/2021	
<b>ENCCULT</b>	Submissão de 2 artigos para o evento	31/08/2021	
<b>RURALTUR</b>	Participante III apresentou o roteiro turístico no evento	01 a 04/09/2021	

**Fonte: Elaboração própria**

## 5. CONSIDERAÇÕES

O objetivo do estudo foi construir uma proposta de Turismo Rural no Semiárido Alagoano a partir das potencialidades locais e a partir dessas considerações, foram que o locus possui grande potencial e viabilidade de implantação do roteiro turístico e a comunidade está extremamente interessada e animada para tal evento. Desse modo, a elaboração do roteiro poderá ser realizada por intermédio de parcerias entre UFAL, UNEAL e EMBRAPA.

A fundamentação teórica sobre turismo rural, semiárido e agricultura familiar auxiliou nas seguintes reflexões: o turismo rural pode ser uma alternativa de crescimento socioeconômico e de desenvolvimento histórico-cultural para agricultores familiares, sem que haja a descaracterização do sertanejo. Mas para que isso ocorra é necessário que os órgãos estatais (de pesquisa e ensino, assim como secretarias estaduais e municipais), organizações comunitárias (tipo associações, cooperativas e sindicatos rurais), além de organizações mercantis (empresas que incentivam a troca de produtos e serviços baseados no retorno financeiro), estejam envolvidas no desenvolvimento do turismo rural e reforçando o protagonismo do agricultor familiar.

Em relação à metodologia, esta foi importante para a condução do estudo no que diz respeito à coleta e análise detalhada das potencialidades locais, à identificação das necessidades específicas da comunidade e à formulação de estratégias de desenvolvimento do turismo rural no Semiárido Alagoano. A metodologia adotada permitiu uma abordagem participativa e integradora, envolvendo ativamente agricultores familiares, líderes comunitários e instituições acadêmicas e de pesquisa como UFAL, UNEAL e EMBRAPA. Isso proporcionou uma compreensão holística das dinâmicas locais, facilitando a proposição de soluções sustentáveis e culturalmente sensíveis para a promoção do turismo na região.

As limitações do estudo foram, sobretudo, causadas pela pandemia da COVID-19, que atrasou as etapas de elaboração e implementação. Dado que, devido ao lockdown, houve poucas visitas técnicas e a dificuldade de troca de informações com a comunidade devido ao sinal de internet insuficiente. Apesar de toda essa problemática, podemos ressaltar o comprometimento e o envolvimento da comunidade no projeto, mesmo sendo à distância.

Enfim, como sugestão de estudos futuros, será importante e válido, realizar o geomapeamento das rotas turísticas; promover o estudo de viabilidade de parceiros para transporte e venda de pacote turístico; elaboração de logomarca e identidade visual; e implementação das diretrizes e normas vigentes ao serviço turístico.

Na minha experiência neste projeto, desenvolvi habilidades significativas em facilitação de grupos, comunicação intercultural e gestão de projetos colaborativos. Através da interação direta com agricultores familiares e líderes comunitários, aprendi a valorizar e integrar o conhecimento local nas decisões e planejamentos. Além disso, fortaleci minhas competências em pesquisa participativa, análise de dados qualitativos, e na aplicação de metodologias como a Pesquisa-Ação Participativa. Essas habilidades e competências foram essenciais para promover um processo de desenvolvimento turístico que fosse inclusivo, sustentável e alinhado às necessidades reais da comunidade local.

Além disso, a colaboração estreita com acadêmicos, agricultores familiares e instituições de pesquisa fortaleceu minha compreensão sobre o papel das universidades na promoção do desenvolvimento regional. Esta experiência reforçou minha convicção na importância de construir pontes entre academia e comunidade para enfrentar desafios complexos de forma colaborativa e sustentável.

Em suma, o engajamento neste projeto não apenas ampliou meu repertório de habilidades profissionais, mas também fortaleceu meu compromisso pessoal com o desenvolvimento inclusivo e a valorização das identidades culturais locais. Esta experiência

servirá como base sólida para futuras iniciativas que busquem promover mudanças positivas e significativas em contextos similares.

## 6. REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. A.; FROEHLICH, J. M.; RIEDI, M. Turismo rural e desenvolvimento sustentável. São Paulo: Papirus, 2000.
- ANDRADE, H. C. C.; MOSS, M. C. B. A cafeicultura familiar e um possível modelo para o desenvolvimento do turismo do café em Minas Gerais. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, São Paulo, v. 5, n. 3, set./dez., p. 512-529, 2012.
- AQUINO, J. F.; ALVES, M. O.; VIDAL, M. F. Agricultura familiar no Nordeste do Brasil: um retrato atualizado a partir dos dados do censo agropecuário 2017. *Rev. Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 51, suplemento especial, p. 31-54, 2020.
- ARAÚJO, A. L. M. M.; BAHIA, E. T.; FERREIRA, W. R. Turismo rural na agricultura familiar: um estudo sobre as possibilidades e limitações no município de Alfredo Vasconcelos, MG. *Caderno Virtual de Turismo*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 370-383, dez. 2011.
- BAGEGA, C.; WERLANG, N. B. Turismo rural: perspectivas teóricas e agenda de pesquisa. *Revista de Turismo Contemporâneo*, v. 5, n. 2, 2017.
- BEZERRA, F. D. S. et al. Dinâmica das ocupações e a “nova” ruralidade na região Norte do Brasil: desafios para uma agenda ampla de desenvolvimento rural. 2021.
- BNB. Banco do Nordeste do Brasil. Base de dados do Pronaf. Fortaleza: BNB, 2019.
- BRASIL. Ministério do Turismo. Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural. Brasília: Ministério do Turismo, 2003.
- BRASIL. Estatuto da terra: lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm). Acesso em: 24 mar. 2021.
- BRASIL. Ministério da Integração Nacional - MIN. Nova delimitação do Semiárido. Brasília: SUDENE, 2018. Disponível em: [http://sudene.gov.br/images/arquivos/semiarido/arquivos/semiarido/arquivos/Rela%C3%A7%C3%A3o\\_de\\_Munic%C3%ADpios\\_Semi%C3%A1rido.pdf](http://sudene.gov.br/images/arquivos/semiarido/arquivos/semiarido/arquivos/Rela%C3%A7%C3%A3o_de_Munic%C3%ADpios_Semi%C3%A1rido.pdf). Acesso em: 26 mar. 2021.
- BRASIL. Relatório da pesquisa de hábitos de consumo do turismo brasileiro. *Vox Populi*, MTUR, 2009. Acesso em: 23 mar. 2021.
- CAMARGO, G. M. et al. Sistemas agroflorestais biodiversos: uma alternativa para pequenas propriedades rurais. *G&DR*, Taubaté, SP, v. 15, n. 1, p. 34-46, jan./abr. 2019.
- CAUME, D. J. Agricultura familiar e agronegócio: falsas antinomias. *REDES*, Santa Cruz do Sul, v. 14, n. 1, p. 26-44, 2009.

COSTA, C. E. S. Ação e Heterogeneidade de Lógicas Institucionais na Construção da Convivência com o Semiárido em Alagoas. 2017. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 193 p.

DALMORO, M. et al. As lógicas dos produtores invisíveis significados. REAd, Porto Alegre, RS, v. 23, n. 3, p. 92-115, set./dez. 2017.

COSTABEBER, J. A.; CAPORAL, F. R. Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável. Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável no Mercosul. Santa Maria: Editora da UFSM/Pallotti, p. 157-194, 2003.

FELIPPI, A. G. T.; DEPONTI, C. M.; DORNELLES, M. Tic's na agricultura familiar: os usos e as apropriações em regiões do sul do Brasil. G&DR, Taubaté, SP, v. 13, n. 1, p. 3-31, jan./abr. 2017.

FERREIRA, I. Água e política no sertão: desafios ao Programa Um Milhão de Cisternas. 186 Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. 141 p. Universidade de Brasília: Brasília, 2009.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agricultura Familiar, 2006. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/defaulttab\\_censoagro.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/defaulttab_censoagro.shtm)>. Acesso em: 24 mar. 2021.

IBGE. Áreas dos municípios. 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estruturaterritorial/15761-areas-dos-municipios.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 25 mar. 2021.

IBGE. Censo Agropecuário 2006. Agricultura Familiar. Primeiros resultados. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Brasília/Rio de Janeiro: MDA/MPOG, 2009. Acesso em: 25 mar. 2021.

IBGE/SIDRA. Censo Agropecuário 2006: agricultura familiar - MDA/PRONAF (Lei nº 11.326 de 24/07/2006). Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ca/defaultMDA.asp?z=p&o=2&i=P>>. Acesso em: 25 mar. 2021.

IBGE/SIDRA. Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censoagropecuario-2017>. Acesso em: 25 mar. 2021.

IBGE. Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Acesso em: 25 mar. 2021.

- IBGE. Semiárido brasileiro. 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapasregionais/15974-semiarido-brasileiro.html?=&t=sobre>. Acesso em: 25 mar. 2021.
- IBGE. Cidades e estados: Alagoas. 2010; 2020. Disponível em: [www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/al.html](http://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/al.html). Acesso em: 01 abr. 2021.
- IBGE. Estimativas da População 2019. Rio de Janeiro: IBGE/SIDRA, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 25 mar. 2021.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agro 2017: Resultados definitivos. Disponível em: [https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo\\_agro/resultadosagro/pdf/agricultura\\_familiar.pdf](https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/pdf/agricultura_familiar.pdf). Acesso em: 21 mar. 2021.
- LACERDA, F. Entre o sertão e a floresta: natureza, cultura e experiências sociais de migrantes cearenses na Amazônia (1889-1916). *Revista Brasileira de História*, v. 26, n. 51, p. 197-225, 2006.
- LAUER, S. Redes de turismo rural e gastronômico e o desenvolvimento regional na região Fronteira Noroeste/RS. 2022.
- LODI, M. D. F.; THIOLENT, M. J. M.; SAUERBRONN, J. F. R. Uma discussão acerca do uso da pesquisa-ação em administração e ciências contábeis. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, v. 13, n. 1, p. 57-68, 2018.
- LOPES, I. D.; BASSO, D.; PAULI, R. I. P. Limites e potencialidades do programa nacional de alimentação escolar na percepção de atores sociais regionais. *Gestão & Regionalidade*, São Caetano do Sul, SP, v. 37, n. 110, p. 58-75, jan./mar. 2021.
- MARTINEZ, P. Vida e morte no sertão: história das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX. *Revista Brasileira de História*, v. 22, n. 43, p. 251-254, 2002.

## 7. APÊNDICES

### Apêndice A



CNPq



UFAL




---

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS**  
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**COORDENAÇÃO DE PESQUISA**

---

**PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO  
CIENTÍFICA – PIBIC CNPq/UFAL/FAPEAL**

### ***RELATÓRIO FINAL***

***(2020 – 2021)***

**SABERES E SABORES DO SEMIÁRIDO ALAGOANO: PARTICIPAÇÃO NA  
GESTÃO DO BENEFICIAMENTO DE FRUTAS NATIVAS A PARTIR DA  
MULTIDIMENSIONALIDADE E DAS RELAÇÕES INSTITUCIONAIS**

---

**CONFIGURAÇÃO DO CONTROLE ORGANIZACIONAL EM GRUPOS COM LÓGICA  
INSTITUCIONAL COMUNITÁRIA**

---

**NOME/UNIDADE/CAMPUS DO ORIENTADOR: CARLOS EVERALDO DA SILVA  
COSTA /FEAC/UFAL**

**NOME/CURSO DO BOLSISTA/COLABORADOR: KAUCIONE GOUVEIA SILVA /  
ADMINISTRAÇÃO**

	<b>BOLSISTA CNPq</b>			<b>BOLSISTA FAPEAL</b>
	<b>BOLSISTA UFAL</b>		X	<b>COLABORADOR</b>

\*NOME DA GRANDE ÁREA DO CONHECIMENTO (CNPq): não digitar números

\*NOME DA SUB-ÁREA DO CONHECIMENTO (CNPq): não digitar números

**Maceió - AL, 02 / 09 / 2021**

## RESUMO

Em 2000, a lógica de ação comunitária para a agricultura familiar começou defender a convivência com o semiárido, gerando um aumento no uso de tecnologias sociais e políticas públicas. De tal modo, o lócus usado foi as microrregiões da Serra Bonita e Serra das Pias, tendo o objetivo geral de caracterizar, para agricultores familiares locais, aspectos ligados ao turismo, na visão da Administração. E os objetivos específicos são: construir arcabouço teórico sobre agricultura familiar, turismo rural e agroturismo; apresentar esse arcabouço para a comunidade local; e elaborar um protótipo de ação. A abordagem utilizada para a metodologia do trabalho foi qualitativa e subjetiva, de tal modo, o método aplicado foi a Pesquisa-Ação (PA). Pois, a PA reforça o papel do conhecimento científico para benefício social, nas seguintes etapas: exploratória; analítica; e avaliativa. Ademais, as coletas dos dados foram feitas a partir de dados primários e secundários. A pesquisa permitiu ainda identificar o perfil do agricultor familiar; as características dos mercados; os entraves operacionais, estruturais, políticos e econômicos; e as políticas públicas e benefícios na região. Enfim, entende-se que o agroturismo e turismo rural, vinculados à agricultura familiar, propiciam alternativas econômicas para o semiárido alagoano, como aquecimento de cadeia produtiva, sem que aconteça a descaracterização ou a perda da identidade cultural dos sertanejos; a revitalização do padrão arquitetônico; e a revalorização das feiras livres, do artesanato, e da culinária local. Portanto, compreende-se perante o arcabouço teórico e os dados analisados, que o turismo rural, o agroturismo e a agricultura familiar são temas de suma relevância para a discussão sobre o desenvolvimento local. Dessa forma, a Administração atuou considerando os sujeitos locais, o contexto socioeconômico, moldando o projeto para estimular o protagonismo da comunidade. Para mais, devido a pandemia do COVID-19, o estudo possuiu atrasos em sua elaboração e implementação. Por fim, apesar dos transtornos, ressalta-se como ponto positivo, o envolvimento e comprometimento deles no projeto.

**Palavra-chave:** Agricultura familiar; Turismo Rural; Semiárido.

## INTRODUÇÃO e OBJETIVOS

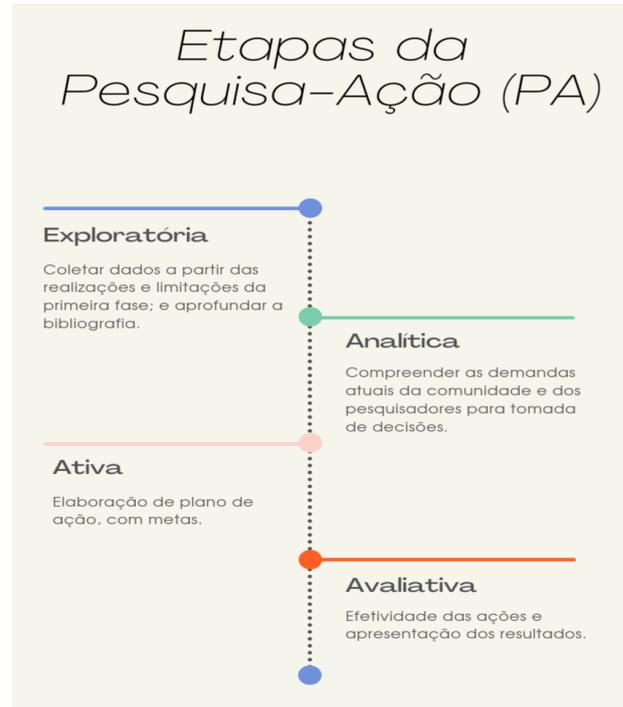
Como dado inicial, no PIBIC/2019-2020, entre as singularidades da microrregião foi acessada uma comunidade que cultiva a fruta jabuticaba e dela produz uma bebida fermentada alcoólica caseira, denominada localmente por vinho de jabuticaba. A comunidade está na Serra das Pias, a 162 km da capital Maceió, localizada na área rural do município Palmeira dos Índios. Ademais, o estudo, em sua ontologia, reconhece os sujeitos que cultivam a jabuticaba há mais

de cem anos e produzem seus derivados como donos de um saber local repassado por gerações e que precisa ser preservado (e disseminado). Em sua epistemologia, o contexto local é considerado um reino de singularidades. As duas bases teóricas capazes de ampliar o olhar sobre o fenômeno foram: Multidimensionalidade e a Teoria Institucional (está pela abordagem Relações Institucionais). Desse modo, as duas áreas do conhecimento utilizadas, Administração e Design, atuaram considerando os sujeitos locais, o contexto socioeconômico, adequando o projeto estimulando o protagonismo à noção de ação da agricultura familiar, que defende a convivência com o semiárido, mesmo que a região possua condição de escassez pluviométrica, devido ao seu bioma natural, "Caatinga", o que não impede que a lógica institucional Comunidade melhore a sua produção. Por fim, conclui-se que o objetivo geral desta pesquisa é participar, a partir da multidimensionalidade e das relações institucionais, na gestão do beneficiamento de frutas nativas da microrregião Agreste do semiárido alagoano, e os objetivos específicos é reforçar as relações institucionais que beneficiam os grupos produtivos da agricultura familiar; elaborar mecanismos de estrutura e processos na linguagem dos produtores; auxiliar no desenvolvimento de mecanismos de controle da gestão do processo produtivo, incluindo ferramentas da informática; apresentar um *layout* adequado ao processo produtivo e construir com a comunidade uma marca representativa da localidade para fixar nos derivados da jabuticaba.

## METODOLOGIA

Como dito na introdução a Administração, da segunda fase, atuou considerando os sujeitos locais, o contexto socioeconômico, adequando o projeto estimulando o protagonismo à noção de ação da agricultura familiar, que defende a convivência com o semiárido, mesmo que o mesmo possua condição de escassez pluviométrica devido ao seu bioma natural brasileiro o que não impede que a lógica institucional Comunidade melhore sua produção. Para mais, a metodologia do trabalho adotada reflete no tipo de coleta e análise dos dados (CRESWELL, 2010), por conseguinte, a abordagem utilizada para a metodologia do trabalho foi qualitativa e subjetiva, além disso, o método escolhido foi a Pesquisa-Ação (PA), pois reforça o papel do conhecimento científico para benefício social, nas seguintes etapas: exploratória (coletar dados a partir das realizações e limitações da primeira fase; e aprofundar a bibliografia); analítica (demandas atuais da comunidade e dos pesquisadores para tomada de decisões); ativa (plano de ação, com metas); e avaliativa (efetividade das ações e apresentação dos resultados).

### Figura 1. Etapas da PA



**Fonte: Thiollent (2011)**

Por fim, as coletas dos dados foi feita a partir de: dados primários, como entrevistas, observação e conversas com os agricultores (realizadas durante eventos, por exemplo na Expoagro 2020; em oficinas, como no Projeto de extensão: semiárido em desenvolvimento; em visitação técnica, como no dia de produção do vinho; e reuniões pelo Google Meet e WhatsApp) e através de dados secundários (bem como acesso às mídias sociais).

### **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Na literatura científica o termo agricultura familiar não possui um entendimento unificado, por isso, as denominações podem variar dependendo do contexto socioeconômico e político, tendo em vista as especificidades das lógicas institucionais da Comunidade, do Estado e do Mercado. Por via disso, a agricultura familiar é uma prática que envolve a cultura e os valores socioculturais correlacionados, simultaneamente, entre o trabalho, a família e a propriedade (SILVA; GODOY; BORTOLUZZI, 2016), e que possui renda proveniente de atividades agrícolas e/ou não-agrícolas (NASCIMENTO; JOHANN; BASSO, 2018). Desse modo, é de suma importância para a criação de estratégias de desenvolvimento, que haja a identificação do tipo/perfil do agricultor familiar (pelo lócus, alcance espacial ou pela natureza), das características dos mercados, (pelas formas de regulação existentes e pelos canais de comercialização que são utilizados); e dos entraves operacionais, estruturais, políticos e econômicos a serem enfrentados na construção e gerenciamento desse mercado.

Dessarte, tendo em vista esta necessidade de identificação, a partir das entrevistas realizadas com os participantes fora possível perceber que os agricultores no locus estudado, reafirmam o conceito da literatura, pois possuem extremo apego à terra, a família e ao trabalho, e estão diariamente envolvidos com a cultura ( costumes, alimentos, canções, ritos, história e “heróis” da região) e valores socioculturais. Ademais, podemos observar de forma mais clara no quadro 1, a caracterização desses agricultores, o tipo de mercado atuante e os principais desafios da área.

**Quadro 1. Caracterização dos agricultores, tipo de mercado e principais desafios**

<b>Caracterização dos agricultores</b>				
Pequenos Agricultores	Apego ao patrimônio territorial e cultural	Território herdado	Família interligada com a terra	Identificação com ser agricultor
<b>Tipo de mercado atuante</b>				
Local e proximidades				
<b>Principais desafios</b>				
Falta de local apropriado para armazenamento	Produção dos produtos em pequena escala	Falta de recursos financeiros e investimento público	Escassez de recurso hídrico	Falta de conhecimento sobre custo de produção e final

**Fonte: Elaboração autoral**

Para mais, também é importante para segmentação do presente trabalho, a Identificação das políticas públicas e benefícios na região, pois, a partir dos anos 2000, as ações do Estado voltadas à políticas públicas são capazes de desenvolver condições de produção alternativa à expansão da agricultura de larga escala, capacidade de recuperação da identidade sociocultural do agricultor, e desenvolvimento através do turismo no Interior

As ações do Estado voltaram-se à políticas públicas capazes de desenvolver condições de produção alternativa à expansão da agricultura de larga escala e com capacidade de recuperar a identidade sociocultural do agricultor, o que resultou, a partir dos anos 2000, nas criações do: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), pela lei nº 10.696/2003; do MDA, com a lei nº 11.326/06; e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), com a lei nº 11.947/2009 (SCHNEIDER, 2010; ALBUQUERQUE; CÂNDIDO, 2011; DALMORO et al., 2017; OLIVEIRA et al., 2015; GUEDES; CARVALHO, 2017; SANTOS et al, 2017; NASCIMENTO, JOHANN; BASSO, 2018; SOUSA et al., 2018).

Dessa maneira, através dos dados armazenados, é possível perceber que alguns dos agricultores fazem parte de programas de construção de cisternas, o PAA, o PNAE e Alagoas Maior, porém em relação ao PAA e PNAE, possuem alguns entraves de comercialização local e angariação de

recursos em relação às polpas de frutas devido a vantagem competitiva da concorrência. Mesmo assim, os moradores consideram que estes são os programas e políticas públicas fundamentais para o desenvolvimento da pequena agricultura e da comunidade.

Tem o PAA, o PNAE, o programa de cisternas também, que é o programa de construção de cisternas, que foi uma política pública muito importante pra nós, inclusive nós estamos terminando de construir a nossa cisterna na agroindústria.; todo processo que a gente está vivenciando no Alagoas maior; com a Secretaria de Cultura aqui nós acessamos recursos, então assim são políticas públicas fundamentais para o desenvolvimento da pequena agricultura” (Participante 1)

Ademais, o turismo rural é um segmento do turismo desenvolvido em áreas rurais produtivas, que pode ser relacionado com os alojamentos na sede da propriedade ou em edificações apropriadas, nas quais o turista participa das diferentes atividades agropecuárias desenvolvidas nestes espaços, quer como lazer ou aprendizado. De tal modo, entendemos que o turismo pode ajudar a comunidade rural a atingir o desenvolvimento local, pois concernente Seabra (2003), o turismo no espaço rural (agroturismo e turismo rural) proporciona alternativas econômicas para o semiárido nordestino, com aquecimento de cadeia produtiva, sem que aconteça a descaracterização da vida sertaneja e nem a perda consequente da identidade cultural dos moradores rurais. Outro ponto importante, é a revitalização do padrão arquitetônico urbano, e a revalorização das feiras livres, onde o artesanato e a própria culinária local é detida como incentivo econômico e sociocultural. Desta maneira, o turismo no campo tem como base características sociais e culturais, permitindo ao turista vivenciar experiências participativas dentro do cotidiano dos moradores campestres, além de ajudar a complementar a renda advinda da agricultura e pecuária, gerando empregos que contribuem para a diminuição do êxodo rural e estimula a economia local (TULIK, 2004).

Compreende-se, a partir da lógica estabelecida através dos dados primários relativa ao turismo rural, que para realizar o processo de análise, elaboração e implantação do roteiro turístico na comunidade, o presente trabalho deve ser dividido em três fases (as quais estão exemplificadas abaixo no quadro 2).

**Quadro 2. Fases do processo de análise, elaboração e implementação do roteiro**

<p><b>Fase 1 (Análise)</b></p>	<p>Realizar pesquisa para entender a motivação do grupo; os objetivos; os pontos fracos e fortes do roteiro; e os pontos turísticos idealizados pela comunidade.</p>
------------------------------------	--

<b>Fase 2 (Elaboração)</b>	Análise/avaliação financeira	Realizar Inventário dos ativos	realizar o mapeamento da região onde será protagonizado as rotas turísticas	Definição do prognóstico e protótipo do roteiro de acordo com as normas e leis locais ambientais e jurídicas
<b>Fase 3 (Implementação)</b>	Implementação do roteiro turístico	Distribuição de mapa digital, folder e cartilha com as histórias das famílias, contato delas, fotos (se permitido), curiosidades e descrição dos objetos que são comercializados na região pelos mesmos.		

**Fonte: Elaboração autoral**

Salienta-se, que esta pesquisa está na primeira fase, e isto significa que a mesma está no processo de análise da viabilidade do roteiro turístico, todavia, já está sendo encaminhada para a segunda fase (a elaboração). Por via desta, através das entrevistas foi possível desenvolver a missão da Fase 1, como descobrir os pontos fortes e fracos e quais os principais pontos turísticos.

**Quadro 3. Resumo geral dos eventos participados durante a pesquisa.**

EVENTO	RESUMO	DATA	MODALIDADE
EXPOAGRO	1º contato (participante II)	25/10	ONLINE
	Elaboração do banner	28/10	
ENCCULT	Apresentação de artigo	01 a 04/11	
EXPOAGRO	2º contato (participante III)	01/11	
-	Prospecção de fornecedores para a rolha de cortiça	23/11	
	Elaboração de fluxograma dos processos	20/11 até 19/12	
	Elaboração de diagrama dos atores institucionais	16/12	
	Prospecção de equipamentos para gestão de qualidade	30/12	
2º Circuito da Jabuticaba 26 a (30/03) (adiado)	Criação de folders com programação	08/02	
Atividades preparatórias do 2º Circuito (26, 28 e 30/03)	Reajuste do folders	09/03	
Visita técnica	Início da produção do vinho	24	PRESENCIAL
Aplicação de questionário	Entrevista com a participante III	17/06	ONLINE
Reunião com a Embrapa	Prospecção de parceria para elaboração do roteiro turístico	28/06	
Reunião com participante III	Conversa realizada durante projeto de extensão	31/07	PRESENCIAL

	(desenvolvimento do semiárido) sediado pela UFAL, IFAL E UNEAL		
Reunião com colaboradores da UNEAL (Palmeira dos Índios)	Elaboração do mapa do roteiro turístico	14/08	ONLINE
Reunião com participante III	Elaboração do roteiro turístico para o evento RURALTUR	26/08	ONLINE
ENCCULT	Submissão de 2 artigos para o evento	31/08	ONLINE

**Fonte: elaboração autoral**

## CONCLUSÕES

Compreende-se, a partir da lógica estabelecida e através dos dados primários relativos ao turismo rural e agricultura familiar, que ambos os segmentos são de extrema importância para o desenvolvimento da comunidade rural do semiárido alagoano. Ademais, em relação a agricultura familiar é possível perceber que os agricultores do locus estudado possuem extremo apego à terra, a família e ao trabalho, e estão diariamente envolvidos com a cultura (costumes, alimentos, canções, ritos, história e “heróis” da região) e valores socioculturais. Além disso, através dos dados primários foi possível averiguar que muitos dos agricultores fazem parte de programas de construção de cisternas, o PAA, o PNAE e Alagoas Maior, porém em relação ao PAA e PNAE possuem alguns entraves de comercialização local e angariação de recursos em relação às polpas de frutas devido a vantagem competitiva da concorrência. Mesmo assim, os moradores entendem que estes são os programas e políticas públicas fundamentais para o desenvolvimento da pequena agricultura e da comunidade. Já os resultados obtidos para o turismo rural demonstram que o locus possui grande viabilidade de implantação do roteiro turístico e a comunidade está extremamente interessada e animada para tal evento. Desse modo, a elaboração do roteiro está sendo realizada com parcerias entre UFAL, UNEAL, e EMBRAPA. Para mais, devido a pandemia ocasionada pelo covid-19, o presente trabalho possuiu atrasos em sua elaboração e implementação, pois a falta de visitas técnicas e a dificuldade nas trocas de informações com a comunidade (devido a problema relacionados a sinal de internet). Apesar de toda essa problemática, podemos ressaltar o comprometimento e o envolvimento da comunidade no projeto, mesmo sendo a distância. Por fim, podemos dizer que esse engajamento torna a pesquisa muito mais relevante e exemplifica a necessidade da universidade romper barreiras e buscar uma integração cada vez maior com a sociedade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, G. C. A. de; CÂNDIDO, G. A. Experiências de Formação de Capital Social e Políticas Públicas de Desenvolvimento Territorial no Vale do Submédio São Francisco. Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade, v. 1, n.1, p.83-100, Mai-Ago/2011.

CRESWELL, John W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto; tradução Magda Lopes. – 3 ed. – Porto Alegre: ARTMED, 296 páginas, 2010

DALMORO, M. et al. As lógicas dos produtores invisíveis significados. REAd. Porto Alegre, RS, v. 23, n, 3, p. 92-115, set-dez/2017.

GUEDES, A. A. A.; CARVALHO, D. M. Dificuldades e gargalos de acesso ao PRONAF B em Garanhuns-PE. G&DR, abril/2017.

NASCIMENTO, D. T.; JOHANN, J. A.; BASSO, D. Modelo de Avaliação de Satisfação dos Agricultores Familiares em Relação ao Programa de Aquisição de Alimentos do Governo Federal. Organizações em contexto, São Bernardo do Campo, v. 14, n. 28, jul.-dez. 2018.

SANTOS, L. F. Implicações das redes sociais para o acesso às políticas públicas: análise em cooperativas da agricultura familiar. G&DR. Taubaté, SP, v. 14, n. 1, p. 329-353, jan-abr/2018.

SILVA, M. R.; GODOY, W. I.; BORTOLUZZI, S. C. Avaliação de sustentabilidade na agricultura familiar: seleção e análise bibliométrica de publicações nacionais. REUNIR. v. 6, n. 1, p. 36-53, mai/ago-2016

THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

TULIK, O. Turismo rural. São Paulo: Aleph, 2004. (Coleção ABC do turismo).

SEABRA, G. F. O turismo sertanejo como alternativa econômica para o semi-árido. Revista do turismo e patrimônio cultural. v.1, n.2, p. 137-143. 2003

ZIMMERMANN, A. Turismo rural: um modelo brasileiro. Florianópolis: Editora do Autor, 1996.

## PLANO DE TRABALHO INDIVIDUAL E DIFERENCIADO DO BOLSISTA OU COLABORADOR

**TÍTULO DO PLANO DE TRABALHO:** Construir uma proposta de turismo rural a partir das potencialidades locais (O título do plano de trabalho foi alterado devido o método da pesquisa ser a PA, como mencionado no relatório parcial e reforçado na seção metodológica do presente relatório).



## Apêndice B

## 8

## O turismo rural como alternativa para conviver com o semiárido em Alagoas<sup>11</sup>

*Kaucione Gouveia Silva<sup>(1)</sup>*

*Carlos Everaldo Silva da Costa<sup>(2)</sup>*

*Patrícia Goulart Bustamante<sup>(3)</sup>*

*Salete Barbosa de Oliveira<sup>(4)</sup>*

- <sup>(1)</sup> ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0572-1969>; Graduação em Administração/ Pesquisadora do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC)/ Universidade Federal de Alagoas (UFAL), BRAZIL, E-mail: [kaucione.silva@feac.ufal.br](mailto:kaucione.silva@feac.ufal.br);
- <sup>(2)</sup> ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4902-6466>; Docente da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEAC)/ UFAL, BRAZIL, E-mail: [carlos.costa@feac.ufal.br](mailto:carlos.costa@feac.ufal.br);
- <sup>(3)</sup> ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8483-7451>; Pesquisadora A da Embrapa Alimentos e Territórios, Maceió/AL, BRAZIL, E-mail: [patricia.bustamante@embrapa.br](mailto:patricia.bustamante@embrapa.br);
- <sup>(4)</sup> ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7895-8399>; Gestora da Cooperativa Mista de Produção e Comercialização Camponesa do Estado de Alagoas (COOPCAM), BRAZIL, E-mail: [salete\\_ambiente@hotmail.com](mailto:salete_ambiente@hotmail.com).



### INTRODUÇÃO

O Semiárido brasileiro é composto por 1488 municípios dos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Minas Gerais. Os critérios que os delimitam são: precipitação pluviométrica média anual igual ou inferior a 800 mm; índice de Aridez de Thornthwaite igual ou inferior a 0,50; e percentual diário de déficit hídrico igual ou superior a 60%, considerando todos os dias do ano. A competência para tais critérios é do Conselho Deliberativo (CONDEL), da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), conforme Lei Complementar n. 125, de 3 de janeiro de 2007 por meio das resoluções do CONDEL de n. 107, de 27.07.2017 e n. 115, de 23.11.2017 (IBGE, 2018).

Desde o ano 2000, a sociedade civil, encabeçada pela Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), executa políticas públicas que estimulam o uso de tecnologias sociais junto a agricultores familiares, reforçando a noção de convivência com o semiárido.

<sup>11</sup> DOI: <https://doi.org/10.48016/Xlencultgt2211cap8>

Esse arranjo organizacional possibilitou uma melhor produção local de frutas, hortaliças e raízes, inserindo os agricultores familiares em programas como o Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o de Aquisição de Alimentos (PAA). Como reflexo dessa possibilidade de venda para o Estado, o agricultor amadureceu a noção institucional de Comunidade, de subsistência e, por conseguinte, de comercialização.

A Administração, área heterônoma do conhecimento, se aproxima da Antropologia (olhar sobre a cultura local), da Contabilidade (controle dos gastos) etc, pode contribuir com a agricultura familiar trocando saberes, reconhecendo as demandas locais e apresentando possibilidades de comercialização de produtos e serviços, sem alterar a lógica de ação local. E um desses serviços é o turismo rural.

Para essa reflexão que envolve turismo rural, semiárido e agricultura familiar, este estudo teórico, de cunho bibliográfico, se volta para o semiárido alagoano, tendo em vista enriquecer o conhecimento na área. Desse modo, a partir de uma ontologia idealista, epistemologia interpretativista e paradigma subjetivista, o objetivo é *caracterizar o turismo rural como alternativa para conviver com o semiárido em Alagoas*. Desse objetivo, a perspectiva é a apresentação de um turismo rural, sustentável e agroecológico, capaz de gerar renda local e fixar o agricultor familiar no campo.



## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Como fundamentação, são abordados os temas: agricultura familiar no semiárido; turismo no espaço rural, turismo rural e agroturismo; e turismo rural e o agroturismo no semiárido alagoano.

No Brasil, turismo rural ou agroturismo são reconhecidos pelo Ministério do Turismo (MTur) como Turismo Rural na Agricultura Familiar (TRAF) e indica o contato dos turistas com práticas de trabalho e cotidiano das propriedades rurais.

A singularidade do TRAF - como estratégia do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) - está em criar novas alternativas aos agricultores familiares devido à diversificação de suas atividades, gerando, inclusive, emprego e renda (ARAÚJO; BAHIA; FERREIRA, 2011; MORAES; RIBEIRO, 2013).

Essa modalidade turística possui, em suas bases, fortes relações com a cultura local, o que o torna competitivo por sua materialidade (como os produtos da fauna e da flora) e imaterialidade (aspectos simbólicos vinculados à cultura).



## AGRICULTURA FAMILIAR NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO: CARACTERIZAÇÕES E POSSIBILIDADES

O Estado legitimou a importância socioeconômica e cultural da Agricultura Familiar (AF), a partir dos anos 1990, com a formalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), conforme decreto n.º 1.946/96.

Tais ações voltaram-se a políticas públicas capazes de desenvolver condições de produção alternativa à expansão da agricultura com capacidade de recuperar a identidade sociocultural do agricultor, o que resultou, a partir dos anos 2000, nas criações dos programas: de Aquisição de Alimentos (PAA), pela lei n.º 10.696/2003; do MDA, com a lei n.º 11.326/06; e do Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), com a lei n.º 11.947/2009 (DALMORO *et al.*, 2017; GUEDES; CARVALHO, 2017; SANTOS, 2018; NASCIMENTO, JOHANN; BASSO, 2018; SOUSA *et al.*, 2018).

Os impactos desses programas são representados por Grisa e Schneider (2014) e Tanaca, Souza e Ganga (2014): o PRONAF se destacou pela intenção de propiciar ao agricultor o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda; no PAA, foi estabelecido que seriam adquiridos alimentos dos agricultores familiares que se enquadram no PRONAF, destinando os alimentos a estoques de segurança ou para populações em situação de risco alimentar; e o PNAE, que reserva um percentual da compra das prefeituras, para a merenda escolar, para produtos rurais.

Isso é importante, já que o pequeno agricultor é responsável por cerca de 70% dos alimentos consumidos (IBGE, 2017), principalmente na região Nordeste, onde o setor é estrategicamente responsável pela geração de renda (reduzindo a pobreza rural e urbana e estimulando o consumo sustentável) e de empregos, diminuindo o êxodo rural (FELIPPI; DEPONTI; DORNELLES, 2017).

Uma das definições para a AF está na Lei 4.504, de 1964, que estabeleceu o Estatuto da Terra, em que a propriedade familiar foi definida como o imóvel que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico.

A literatura não possui um entendimento unificado sobre AF, tendo em vista as especificidades das lógicas institucionais da Comunidade (agricultores), do Estado (órgãos federais, estaduais e municipais) e do Mercado. Ainda assim, é possível caracterizá-la como prática que envolve cultura e valores socioculturais relacionados ao trabalho, à família e à propriedade (SILVA; GODOY; BORTOLUZZI, 2016).



O importante é considerar o agricultor familiar um empreendedor que pratica atividades no espaço rural, atendendo aos critérios: deter propriedade com área inferior a quatro módulos fiscais; utilizar mão de obra familiar; reforçar o gerenciamento familiar do empreendimento; e gerar renda familiar das atividades econômicas (ANDRADE, SILVA; CALEMAN, 2016; DALMORO *et al.*, 2017; ROVER *et al.*, 2017).

Visando um melhor benefício para o espaço rural, Costabeber e Caporal (2003) apresentam as estratégias para a difusão da dimensão local do desenvolvimento. Para isso, Caume (2009) complementa ser necessário que a AF esteja interligada aos âmbitos social, político e científico para promover os potenciais locais. Tudo isso, segundo Schneider (2016) e Lopes, Basso e Paulic (2021), ocorrerá a partir da aproximação com a lógica de Mercado, desde que os canais de comercialização, entraves operacionais, estruturais e políticos não mudem a lógica de ação local.

No território nordestino, 64,8% do seu espaço geográfico pertence ao Semiárido, com as seguintes condições edafoclimáticas: baixa e irregular pluviosidade; ocorrências periódicas de secas; temperaturas elevadas, com altas taxas de evapotranspiração; solos pouco permeáveis e predispostos à erosão; e predominância da vegetação do bioma originalmente brasileiro, a caatinga (ANDRADE, 2005). Ainda assim, as mudanças socioeconômicas dos anos 2000, com políticas públicas voltadas para a convivência com o semiárido, influenciaram positivamente na qualidade de vida de sua população.

Segundo o Censo Agropecuário (IBGE, 2017), há 5.073.324 estabelecimentos rurais no Brasil. Desses, 3.897.408 (76,8%) são agricultores familiares e a maioria localizada na Região Nordeste, com 1.838.846 (AQUINO; ALVES; VIDAL, 2020).

Nesse cenário, a participação da categoria familiar no total de estabelecimentos rurais supera a média regional em estados como o Maranhão (85,1%), Alagoas (83,6%), Pernambuco (82,6%), Piauí (80,3%) e no Rio Grande do Norte (79,9%). Das explorações familiares, a maioria dos estabelecimentos está na Bahia (77,8%), Sergipe (77,3%), Paraíba (76,9%) e Ceará (75,5%) (IBGE, 2017; AQUINO; ALVES; VIDAL, 2020). E uma alternativa para a AF é o uso - sustentável - do espaço rural por meio do turismo local.

## TURISMO NO ESPAÇO RURAL, TURISMO RURAL E AGROTURISMO

Historicamente, a população urbana utilizou o meio rural para o descanso, desde a Grécia e Roma antigas, assim como nos séculos XVIII e XIX, quando aristocratas e burgueses buscavam abrigo e entretenimento no meio rural (BARBOSA, 2002). Após a Segunda Guerra



Mundial e a conquista dos direitos trabalhistas, o turismo rural se consolidou (REJOWSKI; SOLLA, 2002), principalmente nos países europeus - especialmente França, Inglaterra, Alemanha e Portugal - por meio do interesse pelas paisagens bucólicas.

Tulik (2003) ressalta que a experiência da União Europeia sobre turismo rural incentivou a prática no Brasil, este que comporta riqueza e diversidade cultural e de atividades produtivas rurais singulares.

A expansão do turismo rural no Brasil ocorreu desde 1990 e foi responsável por despertar interesses nas áreas econômica, meio ambiente, comércio, arquitetura e marketing (FLEISCHER; TCHETCHIK, 2005), amadurecendo as discussões nas áreas acadêmica e política, o que despertou a pluriatividade no ambiente rural, a idealização de multifuncionalidade do agricultor e da agricultura, bem como o interesse dos agentes turísticos, do Estado e da população citadina pelo contexto rural (CANDIOTTO, 2010). No país, esse turismo está consolidado no sul e sudeste (MTUR, 2008).

De todo modo, Garrod e Fyall (2000) classificam o turismo rural como um segmento com oito componentes-chave: acessibilidade, comunidade local, conservação, educação, finanças, patrimônio turístico, recreação, relevância e qualidade.

Os turistas citadinos que viajam para o campo (re)encontram (suas) raízes, interagem com a comunidade local, participam de suas festas tradicionais, desfrutam da hospitalidade e aconchego nas propriedades, conhecem o patrimônio histórico e natural no meio rural, convivem com os modos de vida, tradições, costumes e culinária (SANTANA; SANTOS, 2017).

Dos componentes-chave, o turismo rural deve estar atrelado às seguintes características: o atendimento familiar; a preservação das raízes; a harmonia e a sustentabilidade ambiental; a autenticidade de identidade; primazia pela qualidade do produto; e o envolvimento da comunidade local (BRASIL, 2004; ROQUE; VIVIAN, 2011).

Sobre as denominações, o turismo rural corresponde aos termos: ecológico ou ecoturismo, agroturismo, verde, de negócios, cultural, espontâneo, de aventura, de saúde etc (BLANCO, 2004; CANDIOTTO, 2010; ARAÚJO; BAHIA; FERREIRA, 2011). Ainda assim, há sutis diferenças na abrangência do turismo no espaço rural (TER), turismo rural (TR) e agroturismo (GUZZATTI, 2003; CANDIOTTO, 2010).

O TER, por suas características, oferece benefícios sustentáveis para o nicho e para o desenvolvimento local/regional, devido ao conjunto de práticas proporcionadas. Essa modalidade provoca menores impactos ao meio ambiente comparado ao turismo de massas e requer uma gestão que conserve os recursos (ambientais ou culturais), não abstendo-se



apenas em almejar e angariar recursos. Além disso, provém de um conjunto articulado de ações: a recuperação do patrimônio arquitetônico; a revitalização do patrimônio cultural (artesanato, gastronomia e tradições); e a preocupação em preservar a qualidade ambiental e a unidade paisagística (SANTANA; SANTOS, 2017).

Sobre o TR, os aspectos considerados remetem à paisagem, tipo de empreendimento, o roteiro, a origem, as motivações, o tempo para permanência, atividades desenvolvidas, entre outras, que facilitarão na identificação do tipo de turismo praticado (RODRIGUES, 2001). Zimmermann (1996) entende o TR como um segmento desenvolvido em áreas rurais produtivas, relacionado aos alojamentos na sede da propriedade ou em edificações apropriadas, nas quais o turista participa das diferentes atividades agropecuárias desenvolvidas nestes espaços, como lazer ou aprendizado.

E para o Agroturismo, segundo Martendal e Tomio (2015), a especificidade está em pressupor o contato direto do turista com o meio rural, com alojamento na propriedade e a possibilidade de participar das atividades cotidianas.

Rätz e Puczkó (1998) estabeleceram que a noção de turismo rural valoriza a pluralidade e as diferenças regionais, a consolidação de produtos turísticos de qualidade e a interiorização da atividade turística, fazendo funcionar, segundo Ruschmann (2003), o trinômio viagem, turismo e lazer.

Segundo Beni (2001), o deslocamento de pessoas no espaço rural, com roteiros programados ou espontâneos, com ou sem pernoite, podem ser caracterizados como turismo rural e, conforme Dias (2006), desenvolvendo atividades em espaços como fazenda-hotel, pesque-pague, pousada, restaurante típico, contemplação de paisagens, destilaria, canoagem e passeios a cavalo, vendas diretas do produtor e artesanato.

O principal, no entanto, é estar atento para que a lógica instrumental não fique em primeiro plano e que os sujeitos locais não desenvolvam atividades não relacionadas ao contexto local (REARDON; BERDEGUÉ; ESCOBAR, 2001).

Para o turismo rural no interior brasileiro, o MTur (2008) aconselha que, para a estruturação do segmento, é preciso que sejam realizados inventários dos recursos turísticos (naturais, artificiais materiais e imateriais), capazes de despertar o interesse do turista e motivá-lo a deslocar-se até a região. Ou seja, deve-se estar atento às especificidades que marcam/indicam/diferenciam o "local" e como os recursos turísticos podem ser lapidados e transformados em atrativos, constituindo-se em produtos e roteiros. A experiência dos moradores, que conhecem o local, é primordial para criar estabelecimentos próximos dos



núcleos emissores, inserindo ainda atrativos naturais que estão fora das propriedades rurais, como parte do roteiro.

Como reforço, foi criado, em 2004, o Programa de Regionalização do Turismo “Roteiros do Brasil” (PRT) a partir do desdobramento do Macroprograma 4 “Estruturação e Diversificação da Oferta Turística”, no âmbito do Plano Nacional de Turismo (PNT) 2003/2007. O PRT visa descentralizar o turismo do litoral para o interior para ordenar e diversificar a oferta turística do Brasil.

Na perspectiva do MTur, o lançamento do “PNT 2007/2010 - Uma Viagem de Inclusão”, consolidou o PRT propiciando a geração de renda e o lançamento de novos destinos/ produtos no mercado (KANITZ; TRIGUEIRO; ARAÚJO, 2010). Nessa proposta, o MTur contempla como referência espacial o conceito de região turística onde estão inseridos os produtos (AZEVEDO; RODRIGUES, 2015) e que deve estar em plena sintonia com os campos da inovação e tecnologia, pois se trata de um mercado competitivo e segmentado (PEREIRA; PIMENTA; PEREIRA, 2017).

Sobre isto, o incremento do turismo rural nas unidades de AF promove a manutenção e a reprodução socioeconômica das formas tradicionais de produção locais. Tais propriedades passam a ser encaradas como sistemas produtivos e orgânicos onde são agregadas às novas atividades, necessariamente, interligadas e integradas numa proposta concreta de sustentabilidade local.

Assemelhanças entre o TR e a AF fez com que, em 1999, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) criasse uma linha especial, o Pronaf Turismo Rural, para implementar projetos em propriedades familiares, tipo: cafés coloniais; pousadas; estabelecimentos do tipo pesque-pague e colha-pague; restaurantes típicos; etc. Essa linha tem como objetivo apoiar os agricultores familiares que almejam programar atividades turísticas no âmbito das unidades familiares de produção.

Já em 2004, foi criada a Rede Traf (Turismo Rural na Agricultura Familiar), um grupo de articulação nacional envolvendo mais de 100 organizações, com apoio do Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura e o Ministério da Agricultura.

O Traf deve seguir as seguintes determinações do MTur: a atividade ocorre no âmbito da unidade de produção dos agricultores familiares; mantém as atividades econômicas típicas da AF, dispostos a valorizar, respeitar e compartilhar seu modo de vida, o patrimônio cultural e natural, ofertando produtos e serviços de qualidade e proporcionando bem estar aos envolvidos (ANDRADE; MOSS, 2012).



Por meio do TER é possível a relação direta com o patrimônio e a identidade local, envolve apresentações culturais, folclore, modo de vida, a experiência do camponês, hábitos, costumes, tradições, entre outros. Por isso, é necessário estar atento aos benefícios e malefícios do TER, pois este é um recurso. E, para evitar problemas, deve existir planejamento, para que o recurso seja usado em benefício da comunidade local, no fomento ao desenvolvimento local, evitando as degradações material e imaterial.

Não há como negar o risco do desenvolvimento desordenado, capaz de provocar destruição ambiental e cultural e a desestruturação dos receptores locais, até porque a comunidade local é a primeira a arcar com o ônus da atividade. Além disso, o turismo com vistas a atender apenas aos interesses do mercado, sem a participação da comunidade, provoca a exclusão, a descaracterização, o sentimento de que o turista não é um parceiro e sim um invasor e que as relações - por consequência - não são de hospitalidade, mas de conflito (PEREIRA; PIMENTA; PEREIRA, 2017).

### TURISMO RURAL E O AGROTURISMO NO SEMIÁRIDO ALAGOANO

O Semiárido brasileiro, com suas características como altas temperaturas, hidrografia frágil, sendo insuficiente para sustentar rios caudalosos, tem como exceção o rio São Francisco. Este, devido às características hidrológicas que possui, as quais permitem a sua sustentação durante o ano todo, adquire uma significação especial para as populações ribeirinhas e da zona do Sertão. No entanto, para além do turismo vinculado ao Rio São Francisco, há municípios com outras singularidades.

Alagoas (AL), como exemplo, com seus 102 municípios, é uma das menores unidades federativas do país, com uma área de 27.830,656 km<sup>2</sup>, onde habitam 3.351.543 pessoas, com densidade demográfica de 112,33 habitantes por km<sup>2</sup>. É um estado que faz divisa com Pernambuco (ao norte), Sergipe (ao sul) e Bahia (a oeste), é banhado a leste pelo Oceano Atlântico e cortado pelo Rio São Francisco. Municípios como Penedo, Piranhas, Pão de açúcar, Piaçabuçu, Olho D'Água do Casado, Delmiro Gouveia etc utilizam espaços turísticos por serem banhados por este rio.

Em função da sua localização na região Nordeste, a proximidade da linha do Equador é um fator que condiciona um número elevado de horas de incidência de sol por ano e índices acentuados de evapotranspiração. Em todo o estado, não há grandes oscilações da temperatura média do ar, variando, no litoral, entre 23°C e 28°C, e no sertão, entre 17°C e 33°C.



De acordo com a classificação de Köppen, toda a metade oriental do estado possui clima tropical e quente com chuvas de outono/inverno, com precipitação pluviométrica média anual entre 1.000 mm a 1.500 mm. Porém, parte do leste alagoano, próximo à divisa de Pernambuco, possui clima tropical com chuvas de outono a inverno e médias pluviométricas anuais entre 1.500 mm a 2.200 mm. A metade ocidental do estado, que é relativa ao agreste e sertão, detém condições semiáridas, com clima seco e quente (BSh), com precipitação pluviométrica média anual no Sertão entre 400 mm a 600 mm e no agreste de 600 mm a 900 mm (PINHO; LIMA; MARQUES, 2021).

### CAPACIDADE PRODUTIVA E ECONÔMICA LOCAL.

O turismo rural se fortalece pela necessidade do produtor em incrementar sua fonte de renda e agregar valor aos produtos, unidos à vontade dos turistas em reencontrar suas raízes, expandir o contato com a natureza, com o modo de vida local, as tradições e costumes, além da curiosidade sobre as formas de produção das populações do interior (CASTRO; CASTRO; BRAIS, 2020).

Um outro ponto importante foi a - sensível - especificidade entre turismo no espaço rural, turismo rural e agroturismo, ainda que sua mescla seja possível.



**Quadro 2 - Definição de turismo no espaço rural, turismo rural e agroturismo**

Turismo no espaço rural	Turismo rural	Agroturismo
Corresponde às atividades de lazer realizadas em áreas rurais, sejam elas denominadas de turismo do tipo: ecoturismo, agroturismo, rural, verde, de negócios, cultural, espontâneo, de aventura etc	Arelado ao território, aos recursos naturais e culturais, e às sociedades. As seguintes características são encontradas nesta modalidade: atendimento familiar; preservação das raízes; harmonia e sustentabilidade ambiental; autenticidade de identidade; primazia pela qualidade do produto; e envolvimento da comunidade local.	Acontece no interior de uma propriedade rural onde a principal renda econômica é a atividade primária derivada da mesma, ficando o turismo como uma renda complementar. É praticado na vivência da família rural, em que os turistas participam ativamente do dia a dia dessas famílias.

Fonte: baseado em Candiotto (2010).

O turismo rural, por ser uma das atividades que estão sendo desenvolvidas em propriedades rurais como fonte econômica de desenvolvimento, para Teixeira (1997), promove a revitalização de zonas menos desenvolvidas, com a melhoria da infraestrutura rural, a expansão da oferta de empregos, a fixação do homem no campo e o regresso dos conterrâneos para suas cidades naturais, diminuindo, conseqüentemente, o êxodo rural.

Dias (2006) traça as principais atividades do turismo rural: fazenda-hotel, pesque-pague, pousada, restaurante típico, contemplação de paisagens, destilaria, lazer como



canoagem e passeios a cavalo, vendas diretas do produtor e artesanato. E Beni (2001) sugere que o deslocamento de pessoas ao espaço rural, com roteiros programados ou espontâneos, com ou sem pernoite, e as instalações rurais configuram o turismo rural.

Ademais, Silva e Dale (1998) relatam que a proliferação de sítios de recreio (chácaras) tem aumentado, destinados ao lazer de famílias citadinas, porém também combinando com alguma atividade produtiva agropecuária (bem como a criação de abelhas, peixes, aves e outros pequenos animais, produção de flores e plantas ornamentais, frutas e hortaliças, atividades de recreação e turismo como hotéis fazenda, pousadas, restaurantes, spas, entre outros) desenvolvidas pelo proprietário do imóvel. Por isso, quando se discute ambiente rural, também se relacionam os aspectos ligados à natureza e à interação do homem com a natureza, resultando em educação ambiental e a mudança de valores e atitudes (BEZERRA; FERKO, 2018).

Desse modo, climatologicamente, o mês de janeiro é importante para a região oeste de Alagoas, pois durante este mês são esperadas chuvas convectivas nas regiões do Sertão, Sertão do São Francisco e Agreste, que auxiliam na recarga hídrica, principalmente com o aumento dos níveis de pequenos barreiros e cisternas.

Por conta desses dados, predominam os impactos de curto prazo (C), ficando somente parte da porção oeste sob impactos de seca de curto e longo prazo (CL). Com isso, o Sertão do São Francisco está classificado com índice de seca grave, grande parte do Sertão com índice de seca moderada e o Agreste, Zona da Mata, Baixo São Francisco e Litoral classificados com índice de seca fraca. Os impactos da seca são característicos de secas de longo prazo (L) em todo oeste do estado e seca de curta duração na metade leste de Alagoas (PINHO; LIMA; MARQUES, 2021).

Para desenvolver o turismo rural no semiárido alagoano, composto por 38 municípios, divulgar suas singularidades aos turistas é de suma importância. Para isso, precisa envolver a participação de representantes de órgãos de desenvolvimento e de ensino federais e estaduais, gestões municipais e setor produtivo em discussões sobre estratégias e ações para enfrentar/conviver com essas dificuldades, além de promover debates sobre seu desenvolvimento (SEDETUR/AL, 2019).

Conforme a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA, 2019), o agroturismo promove o desenvolvimento sustentável e exerce múltiplas atividades no espaço rural, onde o visitante tem a oportunidade de conhecer as áreas e atividades agrícolas, os produtos locais e a culinária tradicional. Desta promoção, o crescimento do turismo rural



em Alagoas pode ser incentivado pelo governo do estado através de programas como o Alagoas Maior, criado em 2019, executado pela Secretaria estadual do turismo (SEDETUR) em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), que possibilita a abertura de novos mercados e experiências que podem impulsionar os negócios locais.

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) acredita que o turismo rural tem o potencial de alavancar a renda dos municípios e que a prestação de serviços e vendas de produtos locais faz com que o turista desbrave as práticas comuns da vida no campo como o manejo de criações e as manifestações culturais, enquanto aprecia paisagens diferentes das encontradas nos centros urbanos.

Para Alagoas, a agregação de valor pode ser explorada com a verticalização da produção em pequena escala, no beneficiamento dos produtos *in natura*. Desse modo, o turismo rural atende inclusive à demanda do turista pós-pandemia (SEDETUR/AL, 2019). Não é à toa que a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo de Alagoas (SEDETUR) tem desenvolvido feiras voltadas para o turismo rural.

**Quadro 1. Momentos no semiárido brasileiro - com foco em Alagoas - vinculados ao turismo rural**

<b>1964</b>	Estabelecimento do Estatuto da Terra, quando a propriedade familiar foi definida como o imóvel que, direta e pessoalmente, é explorado pelo agricultor e sua família, absorvendo toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico.
<b>1990</b>	Expansão do turismo rural no Brasil, responsável por despertar interesses em diversas áreas, seja econômica, meio ambiente, comércio, arquitetura e marketing.
<b>1996</b>	Formalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), conforme decreto n.º 1.946/96
<b>1999</b>	MDA cria uma linha especial de crédito do PRONAF, o Pronaf Turismo Rural, para implementação de projetos em propriedades familiares, como: cafés coloniais, pousadas, estabelecimentos do tipo pesque-pague e colha-pague, restaurantes típicos etc.
<b>2003</b>	Criação do Macroprograma 4 “Estruturação e Diversificação da Oferta Turística”, no âmbito do Plano Nacional de Turismo (PNT) (2003/2007)
<b>2004</b>	Criação do Programa de Regionalização do Turismo “Roteiros do Brasil” (PRT)
<b>2004</b>	Criada da Rede Traf (Turismo Rural na Agricultura Familiar), um grupo de articulação nacional envolvendo mais de 100 instituições, com apoio do Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura e o Ministério da Agricultura.
<b>2007</b>	Mtur lança o “PNT 2007/2010 - Uma Viagem de Inclusão”, consolidando o PRT, propiciando geração de renda e lançamento de novos destinos/produtos no mercado.
<b>2017</b>	Foram contabilizados 5.073.324 estabelecimentos rurais no Brasil. Desse total, 3.897.408 (76,8%) concernem de agricultores familiares e a maioria localiza-se na Região Nordeste, que abriga em seu território 1.838.846 explorações familiares (47,2% do total nacional).
<b>2019</b>	Criação do programa Alagoas Maior
<b>2020</b>	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo de Alagoas (SEDETUR) passa a desenvolver feiras capazes de estimular o turismo rural

Fonte: elaboração própria



Esses momentos reforçam a importância da construção de uma relação institucional, segundo Zilber (2013) e Costa (2017), para aproximar Estado, Comunidade e Mercado, com horizontalidade, em relação ao turismo rural no semiárido alagoano.

**Quadro 3. Genealogia sobre o turismo rural**

Turismo rural	Contato de turistas com práticas de trabalho, tarefas do cotidiano rural, como lazer ou aprendizado, com opção de alojamento nas propriedades ou edificações locais. Estas são sistemas orgânicos interligadas de modo sustentável, desenvolvendo o trinômio viagem, turismo e lazer. Além disso, essas ações geram renda e fixam o agricultor no campo.
	Classificações: acessibilidade, conservação, educação, finanças, patrimônio, recreação, relevância e qualidade. Caracterizações: atendimento familiar; preservação das raízes; sustentabilidade; autenticidade; qualidade do produto; e envolvimento da comunidade
	Turismo: ecológico ou ecoturismo; agroturismo ou rural; verde; de negócios; cultural; espontâneo; de aventura; de saúde; religioso; pedagógico etc. Envolve: apresentações; eventos ao ar livre; folclore; hábitos; costumes; e tradições.
	Foco: realizar práticas com menos impactos ao meio ambiente comparado ao turismo de massa; gestão articulada para a recuperação e conservação dos patrimônios arquitetônico, cultural e paisagístico. Considera: paisagem; roteiro; motivações; e tempo de permanência.
	Cada roteiro é singular, envolve a experiência dos moradores sobre seus recursos naturais (fauna e flora) lapidados e transformados em atrativos (vínculo ao simbólico).
Deve realizar planejamento em prol do desenvolvimento da comunidade local, evitando a degradação material e imaterial e a realização de atividades desconexas; evitar o desenvolvimento desordenado; evitar atender apenas os interesses do mercado; inserir e não excluir a comunidade (descaracterização). O turista deve ser parceiro, não invasor e as relações para com este deve ser de hospitalidade, não de conflito.	

Fonte: elaboração própria



Além disso, para aproximar a lógica do Mercado, é importante considerar o turista como sujeito.

**Quadro 4. Perspectiva do turista rural**

Turista	Quer (re)encontrar suas raízes, interagir com a comunidade local, participar de festas tradicionais, desfrutar da hospitalidade, culinária e aconchego nas propriedades, conviver com os modos de vida, conhecer o patrimônio histórico e natural do meio rural.
	Busca roteiros programados ou espontâneos, com ou sem pernoite, a partir de categorias como: fazenda-hotel, pesque-pague, pousada, restaurante típico, contemplação de paisagens, destilaria, lazer como canoagem e passeios a cavalo, vendas diretas do produtor e artesanato.
	Usufriui de atividades de cultura, lazer e recreação, adquire produtos oriundos do trabalho das famílias rurais (como souvenirs) para decoração e/ou lembrança. Quer vivenciar momentos que o induzam à conservação, manutenção e valorização dos patrimônios histórico, cultural e natural da região visitada, proporcionando benefícios à população local, criando mercado para os produtos agrícolas com referência geográfica.

Fonte: elaboração própria

Junto a isso, a regulação e a promoção no semiárido brasileiro, que também pode ser vinculada ao turismo, é operacionalizada pelo Estado, por meio de órgãos e programas.



**Quadro 05. Papel do Estado na promoção do turismo rural no semiárido**

<b>Programas</b>	MTur aconselha que, para estruturar o segmento, é preciso que as comunidades rurais realizem inventários dos recursos turísticos (naturais, artificiais, materiais e imateriais), capazes de despertar o interesse do turista e motivá-lo a deslocar-se até a região.
	PRT, a partir do Macroprograma 4 "Estruturação e Diversificação da Oferta Turística"
	"PNT 2007/2010 - Uma Viagem de Inclusão", consolidou o PRT propiciando a geração de renda e o lançamento de novos destinos/produtos no mercado
	MDA cria uma linha especial, o Pronaf Turismo Rural, para implementação de projetos em propriedades familiares, como: cafés coloniais, pousadas, estabelecimentos do tipo pesque-pague e colha-pague, restaurantes típicos etc.
	Criação da Rede Traf
	O MTur determina que a atividade ocorra no âmbito da unidade de produção dos agricultores familiares, mantendo as atividades econômicas típicas, valorizando, respeitando e compartilhando seu modo de vida.
	O MTur engloba várias denominações do segmento, como: turismo rural, agroturismo e turismo rural na agricultura familiar.

Fonte: elaboração própria

E, como a perspectiva é fortalecer a discussão sobre turismo rural capaz de incentivar os estudos em Alagoas, seguem propostas do Estado já existentes.

**Quadro 06: Ações estatais para o turismo rural em Alagoas**

<b>Alagoas</b>	O turismo rural em Alagoas pode ser incentivado pelo governo estadual, por meio de programas como o Alagoas Maior, executado pela SEDETUR, em parceria com o SEBRAE, possibilitando a abertura de novos mercados e experiências para impulsionar negócios rurais locais.
	Ir além do turismo vinculado ao Rio São Francisco.
	Interação entre organizações de ensino e pesquisa (universidades públicas e privadas) e Embrapa para subsidiar a construção de programas estaduais e políticas públicas relacionadas ao turismo rural.
	A CNM acredita que o turismo rural tem o potencial de alavancar a renda dos municípios e que a prestação de serviços e vendas de produtos rurais faz com que o turista desbrave práticas comuns da vida no campo como o manejo de criações e as manifestações culturais, enquanto aprecia paisagens diferentes das encontradas nos centros urbanos.
	A agregação de valor aos produtos rurais é explorada pela possibilidade da verticalização da produção em pequena escala, no beneficiamento dos produtos <i>in natura</i> . O turismo rural é fundamental para atender a demanda do turista no pós-pandemia. Não é à toa que a SEDETUR tem organizado feiras voltadas para o turismo rural.
	Considera a participação de órgãos de desenvolvimento, pesquisa e de educação federais e estaduais, gestões municipais e setor produtivo em discussões sobre estratégias e ações, promovendo debates sobre o desenvolvimento do turismo no espaço rural em Alagoas.

Fonte: Adaptados do SEDETUR/AL (2019).



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do presente estudo teórico foi caracterizar o turismo rural como alternativa para conviver com o semiárido em Alagoas. Para isto, discutiu-se sobre: agricultura familiar no semiárido brasileiro; turismo no espaço rural, turismo rural e agroturismo; e turismo rural e o agroturismo no semiárido alagoano. O foco para o turismo rural em convivência com o semiárido tem como base a troca de experiências, o resgate da autoestima do povo sertanejo, bem como a ascensão social e o desenvolvimento rural advindo através do aumento da

Para desenvolver o turismo rural, é importante ainda que órgãos estatais (de pesquisa e ensino, assim como secretarias estaduais e municipais), organizações comunitárias (tipo associações, cooperativas e sindicatos rurais), além de organizações mercantis (empresas e que incentivam a troca de produtos e serviços baseados no retorno financeiro), estejam envolvidas no desenvolvimento do turismo rural. E do que foi apresentado no estudo, essas lógicas institucionais são importantes.

Como fator importante para o turismo rural em convivência com o semiárido, essas atividades e esses órgãos devem fazer parte de um campo institucional que reforce o protagonismo do agricultor familiar. Por conta disso, seguindo a proposta de Zilber (2013), é importante considerar todas essas lógicas institucionais presentes para construir um campo institucional que favoreça o agricultor familiar em sua atividade turística, munindo o mesmo de conhecimento e opções. Sem considerar essa perspectiva, a proposta de convivência com o semiárido associada ao turismo perderá seu sentido.



## REFERÊNCIAS

ANDRADE, H.C.; MOSS, M.C. A cafeicultura familiar e um possível modelo para o desenvolvimento do turismo do café em Minas Gerais. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.5, n.3, set/dez, p. 512-529. 2012.

ANDRADE, I. S.; SILVA, D. B.; CALEMAN, S. M. Q. Análise da eficácia social de um programa de produção agroecológica destinado a pequenos produtores rurais. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. Taubaté, SP, v. 12, n. 2, p. 22-43, mai-ago/2016.

ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. 7. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.



AQUINO, J. F.; ALVES, M. O; VIDAL, M. F. Agricultura familiar no Nordeste do Brasil: um retrato atualizado a partir dos dados do censo agropecuário 2017. **Ver. Econômica do Nordeste**. V. 51, suplemento especial, p. 31-54. NE, Fortaleza, 2020.

ARAÚJO, A.L.; BAHIA, E.T.; FERREIRA, W.R.; Turismo rural na agricultura familiar: um estudo sobre as possibilidades e limitações no município de Alfredo Vasconcelos, MG. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p.370-383, dez-2011.

AZEVEDO, R. M.; RODRIGUES, C. G. Políticas públicas e turismo rural: um estudo acerca das possibilidades e limitações no município de Apodi (RN). **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 15 n. 2., p.131-145, ago. 2015.

BARBOSA, Y. M. **História das viagens e do turismo**. São Paulo: Aleph, 2002.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: SENAC, 2001.

BEZERRA, S.S.; FERKO, G.P. Turismo Rural versus o Turismo Não-Rural: estudos de casos em Roraima. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.11, n.2, p.250-27, maio/jul-2018.

BLANCO, E. S. O turismo rural em áreas de agricultura familiar: as “novas ruralidades” e a sustentabilidade do desenvolvimento local. **Caderno Virtual de Turismo**. Vol. 4, n. 3, p. 44 – 49, 2004.

BRASIL. **Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural no Brasil**. Brasília, 2004.

CANDIOTTO, L. Z. **Circuito italiano de turismo rural**. Cascavel: Edunioeste, 2010.

CASTRO, V; CASTRO, R; BRAIS, R. Dia Mundial: o Turismo Rural como oportunidade para uma retomada sustentável. **Viaja Alagoas**. 28 set. 2020. Disponível em: <https://viajabrasil.com.br/alagoas/2020/09/28/dia-mundial-o-turismo-rural-como-oportunidade-para-uma-retomada-sustentavel>. Acesso em: 31 março. 2021.

CAUME, D. J. Agricultura familiar e agronegócio: falsas antinomias. **Revista do Desenvolvimento Regional (REDES)**. Santa Cruz do Sul, v.14, n.1, p.26-44, 2009.

COSTA, C.E. **Ação e Heterogeneidade de lógicas institucionais na construção da convivência com o semiárido em Alagoas**. Tese. Programa de Pós-Graduação em Administração (PROPAD), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 193 folhas, Recife, 2017.



COSTABEBER, J. A.; CAPORAL, F. R. **Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável: agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável no Mercosul.** Santa Maria: Editora da UFSM/Pallotti, p. 157-194, 2003.

DALMORO, M. et al. As lógicas dos produtores invisíveis significados. **Revista Eletrônica de Administração.** Porto Alegre, RS, v. 23, n. 3, p. 92-115, set-dez/2017.

DIAS, R. **Turismo e patrimônio cultural: recursos que acompanham o crescimento das cidades.** São Paulo: Saraiva, 2006.

EMBRAPA. **Parceiros se articulam para fortalecer fruticultura em Alagoas.** Brasília, DF. Abril. 2019. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/42596135/parceiros-se-articulam-para-fortalecer-fruticultura-em-alagoas>. Acesso em: 31 Março. 2021.

FELIPPI, A.G.T.; DEPONTI, C. M.; DORNELLES, M. Tic's na agricultura familiar: os usos e as apropriações em regiões do sul do Brasil. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional.** Taubaté, SP, v. 13, n. 1, p. 3-31, jan-abr/2017.

FLEISCHER, A.; TCHETCHIK, A., Does Rural Tourism Benefit from Agriculture? **Tourism Management**, v. 26, n. 4, p. 493-501, 2005.

GARROD, B.; FYALL, A. Managing heritage tourism. **Annals of Tourism Research**, n. 27, p.682-696, 2000.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, n. 1, p. 125-146, 2014.

GUEDES, A. A.; CARVALHO, D. M. Dificuldades e gargalos de acesso ao PRONAF B em Garanhuns-PE. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, abril/2017.

GUZZATTI, T. C. **O agroturismo como instrumento de desenvolvimento rural: sistematização e análise das estratégias utilizadas para a implantação de um programa de agroturismo nas encostas da Serra Geral catarinense.** 2003. 168f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) –Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.



IBGE. **Censo agropecuários 2017**. Disponível: [https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo\\_agro/resultadosagro/pdf/agricultura\\_familiar.pdf](https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/pdf/agricultura_familiar.pdf). Acesso em: 21 Março. 2021.

IBGE. **Semiárido brasileiro**. 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapasregionais/15974-semiarido-brasileiro.html?=&t=sobre>. Acesso em: 25 Março. 2021.

KANITZ, H. G.; TRIGUEIRO, R. P.; ARAÚJO, M. A. Perspectivas do plano nacional de turismo 2007/2010: avanços ou utopias? **Revista Turismo em Análise**, v. 21, n. 3, p. 644-667, 2010.

LOPES, I. D ; BASSO, D.; PAULI, R. I.; Limites e potencialidades do programa nacional de alimentação escolar na percepção de atores sociais regionais. **Gestão & Regionalidade**, São Caetano do Sul, SP, v.37 , n.110 , p.58-75, jan/mar. 2021.

MARTENDAL, A. G; TOMIO, M. Gestão Familiar no Agroturismo em Santa Catarina: a experiência da Acolhida na Colônia. **Turismo em análise**. v. 26, n.2. Dez/2015.

MORAES, W.V.; RIBEIRO, G.A. Indicadores para a identidade do turismo de base comunitária no território da Serra do Brigadeiro (MG). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.6, n.1, p.107-122, jan/abr-2013.

MTUR. Ministério do Turismo. Turismo e sustentabilidade: formação de redes e ação municipal para regionalização do turismo. In: BRIZOLLA, T.; LIMA, A.C.G. (orgs). **Programa de Qualificação a Distância para o Desenvolvimento do Turismo**. Brasília: o Ministério: Florianópolis: SEAD/UFSC, 2008.

NASCIMENTO, D. T.; JOHANN, J. A.; BASSO, D. Modelo de Avaliação de Satisfação dos Agricultores Familiares em Relação ao Programa de Aquisição de Alimentos do Governo Federal. **Organizações em contexto**, São Bernardo do Campo, v. 14, n. 28, jul.-dez. 2018.

PEREIRA, S. B.; PIMENTA, C.A.; PEREIRA, V. G. Turismo como estratégia de (des) envolvimento rural em região atingida pela mineração. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. Taubaté, SP, v. 13, n. 2, p. 250-273, mai-ago/2017.

PINHO, V. N.; LIMA, L. L.; MARQUES, I. R. **Monitor de secas: Nordeste**. SEMARH. Fev .2021. Disponível em: <http://www.semarh.al.gov.br/tempo-e-clima/boletins/monitor-de-secas/relatorios/2021>. Acesso em: 31 Março. 2021.



RÁTZ, T.; PUCZKÓ L. **Rural tourism and sustainable development. International Conference: Rural tourism management: sustainable options.** Scotland: Auchincruive, setembro de 1998.

REARDON, T., BERDEGUÉ, J.; ESCOBAR, G. Rural Nonfarm Employment and Incomes in Latin America: Overview and Policy Implications. **World Development**, v. 29, n. 3, p. 395-409, 2001.

REJOWSKI, M.; SOLHA, K. T. Turismo em um cenário de mudanças. In: REJOWSKI, M. (org). **Turismo no percurso do tempo.** São Paulo: Aleph, 2002.

RODRIGUES, A.B. Turismo rural no Brasil: ensaio de uma tipologia. In: RODRIGUES, A.B. (Org). **Turismo rural.** São Paulo: Contexto, 2001.

ROQUE, A.M.; VIVAN, A. M. O turismo no espaço rural: uma estratégia para a nova gestão rural brasileira. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v.1, n.1, 2011.

ROVER, O. J. et al. Modos de gestão para a diversificação produtiva em regiões produtoras de tabaco. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional.** Taubaté, SP, v. 13, n. 2, p. 177-201, mai-ago/2017.

RUSCHMANN, D. V. **Turismo e Planejamento Sustentável: A proteção do meio ambiente.** 9. ed. Campinas: Papyrus, 2003.

SANTANA, E.L.; SANTOS. J.C. Lago de São Simão e o desenvolvimento do turismo rural: uma nova atividade econômica sustentada pelo trabalho familiar. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.9, n.6, p.668-683, nov-2016/jan-2017.

SANTOS, L. F. Implicações das redes sociais para o acesso às políticas públicas: análise em cooperativas da agricultura familiar. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional.** Taubaté, SP, v. 14, n. 1, p. 329-353, jan-abr/2018.

SCHNEIDER, S. Mercados e Agricultura Familiar. In: **Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural** / Organizadores Flávia Charão Marques, Marcelo Antônio Conterato e Sergio Schneider. –Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

SEDETUR/AL. **Troca de experiências marca participação de Alagoas em Feira de Turismo.** 2019. Disponível em: <http://www.sedetur.al.gov.br/noticia/item/2538-troca-de-experiencias-marca-participacaode-alagoas-em-feira-de-turismo-rural> . Acesso em: 31 Março. 2021.



SILVA, F. C. Pecuária e formação do mercado interno no Brasil-colônia. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 8, p. 119-156, abril 1997.

SILVA, C.; DALE, P. Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. **Caderno Centro de Recursos Humanos (CRH)**, v. 11, n. 28, 1998.

SILVA, M. R.; GODOY, W. I.; BORTOLUZZI, S. C. Avaliação de sustentabilidade na agricultura familiar: seleção e análise bibliométrica de publicações nacionais. **Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**. v. 6, n. 1, p. 36-53, mai/ago-2016.

SOUSA, D. N. et al. Programas governamentais de aquisição de alimentos da agricultura familiar no estado do Tocantins. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. Taubaté, SP, v. 14, n. 5, p. 252-264, set-dez/2018.

TANACA, E. K.; SOUZA, H. M.; GANGA, G. Proposta de um modelo de avaliação dos fornecedores do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): o caso do município de São Carlos – SP. **Revista Gestão & Produção**, v.21, n.4, 781-792, 2014.

TULIK, O. **Turismo Rural**. São Paulo: Aleph, 2003.

ZILBER, T. Institutional logics and institutional work: Should they be agreed?. **Research in the Sociology of Organizations**, v. 39, p. 77-96, 2013.

ZIMMERMANN, A. **Turismo rural: um modelo brasileiro**. Florianópolis: Editora do Autor, 1996.

